

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão torna público aos interessados que realizará licitação para contratar o objeto abaixo descrito:

<b>OBJETO</b>	CONTRATAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DO JÚRI REALIZADOS NA ILHA DE SÃO LUÍS E NA COMARCA DE IMPERATRIZ, BEM COMO AO ATENDIMENTO DE EVENTUAIS NECESSIDADES DA CORREGEDORIA GERAL
<b>MODALIDADE</b>	PREGÃO ELETRÔNICO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	MENOR PREÇO
<b>REGIME DE EXECUÇÃO</b>	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>	R\$ 3.572.810,42
<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	NÃO
<b>REGISTRO DE PREÇOS</b>	SIM
<b>LOCAL DA SESSÃO</b>	<a href="https://www.gov.br/compras/">https://www.gov.br/compras/</a> UASG: 925125
<b>ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS</b>	INÍCIO: 08/06/2026 FIM: MOMENTO DE ABERTURA DA SESSÃO
<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	25/06/2025 ÀS 10:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)



- É indispensável que, previamente ao envio de eventuais questionamentos, o interessado consolide a leitura plena do edital e seus anexos.
- A cópia do edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados nos endereços <https://www.gov.br/compras/> e [http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=licitacoes](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=licitacoes)
- Toda comunicação deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico.

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90.013/2026**

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA torna público, para ciência dos interessados que, às **10:00 Horas (Horário de Brasília), do dia 25 de junho de 2026**, na Sala da Coordenadoria de Licitações, localizada na Rua do Egito, 144, Centro, São Luís, CEP nº 65.010-190, por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, por **GRUPO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, regida pelas disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, pelo Decreto Estadual nº 38.136/2023 de 06 de março de 2023 (no que couber), pelo Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicadas à matéria, naquilo que não contrarie este edital.

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto o Fornecimento de alimentação destinada ao funcionamento dos Tribunais do Júri realizados na Ilha de São Luís e na Comarca de Imperatriz, bem como ao atendimento de eventuais necessidades da Corregedoria Geral da Justiça, observadas as condições estabelecidas nos Anexos I (Estudo Técnico Preliminar - ETP) e II (Termo de Referência - TR), partes integrantes deste edital convocatório.


**1.2.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

### **2. DO PREÇO MÁXIMO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada conforme abaixo:

Grupo 1 - Comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, além dos eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça.

<b>Item</b> <b>[A]</b>	<b>Especificação</b> <b>[B]</b>	<b>Unidade de medida</b> <b>[C]</b>	<b>Quantidade</b> <b>[D]</b>	<b>Valor unitário</b> <b>[E]</b>	<b>Valor total</b> <b>[F]</b>
1	Lanche Tipo I	Por pessoa	5.000	<b>R\$ 33,85</b>	R\$ 169.250,00
2	Lanche Tipo II	Por pessoa	50.000	<b>R\$ 30,00</b>	R\$ 1.500.000,00
3	Lanche Tipo III (coffee break)	Por pessoa	5.000	<b>R\$ 54,13</b>	R\$ 270.650,00
4	Almoço Tipo I	Por pessoa	30.000	<b>R\$ 35,00</b>	R\$ 1.050.000,00
5	Almoço Tipo II	Por pessoa	3.000	<b>R\$ 98,00</b>	R\$ 294.000,00

	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p align="center"><b>Processo nº</b>  <b>7466/2026</b></p>
---	---	--

6	Jantar	Por pessoa	3.000	R\$ 35,00	R\$ 105.000,00
Total					R\$ 3.388.900,00

## Grupo 2 - Comarca de Imperatriz

Item [A]	Especificação [B]	Unidade de medida [C]	Quantidade [D]	Valor unitário [E]	Valor total [F]
7	Lanche Tipo II	Por pessoa	1.394	R\$ 28,00	R\$ 39.032,00
8	Almoço Tipo I	Por pessoa	1.394	R\$ 53,93	R\$ 75.178,42
9	Jantar	Por pessoa	1.394	R\$ 50,00	R\$ 69.700,00
Total					R\$ 183.910,42

**2.2.** A despesa decorrente da contratação ficará à conta da dotação orçamentária da Corregedoria Geral da Justiça.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**3.1.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se previamente sobre o funcionamento e o regulamento do sistema.

**3.1.2.** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo quaisquer transações realizadas diretamente ou por seu representante. O provedor do sistema e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA não se responsabilizam por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.2.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.2.1.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, à época da licitação, impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, em razão de sanção aplicada.

**3.2.1.1.** O impedimento referido no subitem anterior estende-se àquela que atue em substituição à pessoa física ou jurídica sancionada, com o intuito de burlar a sanção,

inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

**3.2.2.** Aquela que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dessas pessoas

**3.2.3.** Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante responsável pelo presente processo licitatório.

**3.2.3.1.** A vedação do subitem anterior estende-se a terceiros que auxiliem na condução da licitação ou contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, ou funcionário ou representante de empresa prestadora de assessoria técnica.

**3.2.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas entre si, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo simultaneamente.

**3.2.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente com trânsito em julgado por:

- a) exploração de trabalho infantil;
- b) submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo; ou
- c) contratação de adolescentes em situações vedadas pela legislação trabalhista.

**3.2.6.** Empresa que possua, em seus quadros funcionais, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, assessoramento, de membros ou de juízes vinculados ao TJMA, nos termos dos arts. 1º, 2º, inciso VI, e 3º da Resolução nº 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**3.3.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa física ou jurídica.

**3.4.** Fica vedada a participação de empresa que não explore atividade compatível com o objeto desta licitação;

**3.5.** É vedada a participação simultânea de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, quando devidamente comprovado que atuam sob direção, controle ou

administração comum, ou que representem interesse econômico convergente, caracterizando atuação coordenada e potencial prejuízo à competitividade.

**3.6.** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica ou operacional que justifique a conjugação de esforços entre empresas, sendo plenamente possível a execução integral por empresas que atuam no ramo, conforme demonstrado nos estudos técnicos preliminares. Ademais, a vedação visa assegurar maior celeridade, eficiência na gestão contratual e simplificação dos procedimentos de fiscalização, sem prejuízo à competitividade do certame.

**3.7.** Não será admitida a participação de cooperativas, em razão da natureza do objeto, que envolve execução contínua e atividades com risco de caracterização de vínculo trabalhista, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

**3.8.** Para participar do certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital e de seus anexos.

**3.9.** Ao participar deste processo licitatório, o representante legal do licitante, titular de dados pessoais, declara ciência de que, para a execução do objeto desta licitação, o TJMA poderá ter acesso a seus dados pessoais (tais como número de documentos, endereço eletrônico e cópias de identificação), os quais serão tratados pela Administração conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018, art. 7º, inciso II).

#### **4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** a licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

**4.2.** a licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total dos itens;

**4.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

**4.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, mão de obra, materiais, ferramentas necessárias, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários,

comerciais, garçons e material de apoio (mesas, copos, talheres, toalhas, etc.), quando necessário, e transporte para as Comarcas situadas na Grande São Luís (São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e São Luís) e Imperatriz e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no termo de referência (Anexo II do edital);

**4.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6.** No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.6.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.6.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.6.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.6.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.7.** a licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.8.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.8.1.** no caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.8.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.9.** A falsidade da declaração de que trata o item 4.6 e 4.7 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.10.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

**4.11.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

**4.12.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.12.1** Não será admitida a modificação da proposta pela licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

#### **4.13. Vistoria**

**4.13.1** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

**4.13.2** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**4.13.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.13.4.** A vistoria deverá ser previamente agendada junto à Coordenadoria de Administração da CGJ, por meio do e-mail: coordadm\_cgj@tjma.jus.br ou pelo telefone

(98) 2055-2301/ 2302, com o objetivo de organizar o acompanhamento do interessado por servidor designado.

**4.13.5.** Durante a realização da vistoria, será facultado ao interessado o registro de informações, observações e esclarecimentos necessários à adequada compreensão das condições de execução do objeto, vedada qualquer interferência no funcionamento regular das atividades do órgão.

**4.13.6.** Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**4.13.7.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **4.14. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**4.14.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**4.14.1.1.** Execução sob demanda, com quantitativos estimados definidos com base no histórico de consumo de exercícios anteriores e na previsão de sessões do Tribunal do Júri e de eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça;

**4.14.1.2.** Prestação dos serviços em dias úteis, finais de semana e feriados, podendo ocorrer no período diurno, noturno ou estender-se até a madrugada, conforme a dinâmica das sessões do Tribunal do Júri.

**4.14.1.3.** Possibilidade de variação nos quantitativos solicitados, conforme a necessidade da Administração, sendo o pagamento efetuado de acordo com os serviços efetivamente prestados, observado o regime de empreitada por preço unitário.

**4.14.1.4.** Os quantitativos estimados, bem como a descrição dos itens e do cardápio, estão definidos no Termo de Referência, devendo tais parâmetros serem observados pelos licitantes para a elaboração de suas propostas e apresentação dos custos unitários.

**4.14.1.5.** Os custos unitários deverão englobar todas as despesas necessárias para execução dos serviços descritos no caderno de especificações, incluindo gastos com insumos, mão de obra, material descartável, garçons e material de apoio (mesas, copos, talheres, toalhas, etc.), quando necessário, e transporte para as Comarcas situadas na

Grande São Luís (São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e São Luís) e Imperatriz.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, bem como pela comunicação imediata ao provedor do sistema acerca de qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

**6.2. Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do item, conforme coluna “E” tabela 2.1.**

**6.3. a licitante** somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**6.3.1. a licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.4.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.6.** Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.7.** Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.8.** No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**6.9.** Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, conforme disposto no art. 24 da IN SEGES-ME nº 73/2022.

**6.9.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.10.** O intervalo mínimo de diferença entre lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

**6.10.1.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.10.2.** No procedimento de que trata o subitem supra, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.10.3.** Na ausência de no mínimo, três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.12.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.13.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação

automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.13.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.13.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.13.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.13.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.14.** Havendo empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**6.14.1.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o Art. 60, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos as licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, conforme IN SEGES nº 79/2024.

## **7. DA NEGOCIAÇÃO**

**7.1.** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.2.** Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo para a contratação, a

negociação poderá ser feita com as demais **licitantes**, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

**7.3.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

**7.4.** Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.5. Encerrada a etapa de negociação**, o Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta cadastral da empresa no SICAF, CEIS, CNEP, TCU, CNJ e SIMPLES NACIONAL.

**7.5.1.** As consultas aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, que prevê, entre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

## **8. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

**8.1.** O pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares previstos no edital.

**8.1.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

**8.1.2.** Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

**8.2.** No mesmo prazo previsto acima, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

**a)** proposta assinada, contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo do Anexo II do termo de referência**. É condição indispensável e obrigatória a apresentação, pela licitante, das especificações e características detalhadas dos serviços ofertados.

**a.1)** na hipótese da proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato;

**b)** Declaração de cumprimento aos critérios de sustentabilidade, conforme cláusula 19 deste edital.

**c)** Declaração de que a licitante tomou conhecimento das condições estabelecidas no edital e de todas as informações necessárias à formulação da proposta e ao cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação.

**d)** Em atendimento às exigências do item 9.1.9 e 9.1.9.1 do termo de referência a empresa apresentar Declaração de Estrutura Física, contendo os seguintes termos:

1. Declaração de que a empresa possui estrutura física localizada no município de São Luís/MA, para atendimento das demandas do Grupo 1, e no município de Imperatriz/MA, para atendimento das demandas do Grupo 2, de modo a assegurar o atendimento tempestivo das solicitações da Administração.

2. Declaração de que, na hipótese de sagrar-se vencedora de ambos os grupos, comprovará a existência de estrutura física apta ao atendimento em ambas as localidades, não sendo admitida a utilização de uma única unidade para atendimento simultâneo dos dois grupos, quando tal circunstância comprometer a adequada execução do objeto.

**8.3.** A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação poderá acarretar a desclassificação da proposta.

**8.4** É condição indispensável e obrigatória a apresentação, pela licitante, das especificações e características detalhadas dos serviços ofertados, conforme previsto no Termo de Referência.

## **9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**9.1.** O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço;

**9.1.1.** Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os de menor valor.

**9.2.** No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

**9.3.** O Pregoeiro poderá solicitar manifestação escrita do setor requisitante, da área especializada no objeto a ser contratado, de servidores pertencentes ao quadro de pessoal deste Tribunal de Justiça ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para

subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

**9.4. Será desclassificada a proposta:**

- a)** formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b)** que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c)** que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d)** com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no item 2.1, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f)** que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g)** que contiver vício insanável;

**9.5.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.5.1.** O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada.

**9.5.2** Em quaisquer dos casos, para fins da demonstração comprobatória da exequibilidade, a licitante deverá comprovar ter prestado os serviços conforme disposto no objeto do Termo de Referência, atendendo, ainda, aos seguintes requisitos:

- a)** questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b)** pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c)** verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

d) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos e fabricantes;

e) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

f) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**9.6.** No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

**10.2.** Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do *caput* e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicaf, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo **Pregoeiro**.

**10.3.** Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**.

**10.3.1.** A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, antes de findo o prazo, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

**10.4.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.5.** As Certidões apresentadas que não tiverem prazo de validade expresse, serão consideradas válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão.

**10.6.** Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**10.7.** Será exigida das licitantes a documentação descrita a seguir para fins de habilitação:

**10.8. Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:**

I – Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou

III – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**10.9. Quanto à HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ), relativo ao domicílio ou sede da licitante;

II- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do interessado;

III - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do interessado;

IV - Prova de regularidade com a Fazenda Federal mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

VI - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou

Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

VII - Caso a empresa licitante seja considerada isenta dos tributos referidos nos itens 10.9.2 e 10.9.3 relacionados ao objeto licitatório deverá comprovar tal condição mediante declaração da fazenda estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

VIII - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

XIX - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

#### **10.10. Quanto à HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme Portaria 3444/2024.**

##### **10.10.1 - Grupo 1**

I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade, ou, na ausência deste, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias;

I.1. Caso a Licitante esteja em **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

II - Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

II.1. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

II.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

II.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II.4. A empresa deverá apresentar índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
- $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$  e
- $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

II.5. Os indicadores previstos serão calculados por exercício, de forma que serão verificados 2 (dois) conjuntos de indicadores, 1 (um) para cada exercício social a que se referirem as demonstrações contábeis.

II.6. Comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual da proposta, com base no balanço patrimonial do último exercício social.

### **10.10.2 – Grupo 2**

I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade, ou, na ausência deste, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias;

I.1. Caso a Licitante esteja em **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

II - Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

II.1. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

II.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

II.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II.4. A empresa deverá apresentar índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
- $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$  e
- $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

II.5. Os indicadores previstos serão calculados por exercício, de forma que serão verificados 2 (dois) conjuntos de indicadores, 1 (um) para cada exercício social a que se referirem as demonstrações contábeis.

II.6. Será exigido patrimônio líquido não inferior a 10% do valor anual da proposta quando qualquer um dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral for igual ou inferior a 1. A comprovação deverá referir-se ao último exercício social.

**10.10.3. Caso a licitante seja vencedora de ambos os grupos deverá comprovar:**

I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade, ou, na ausência deste, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias;

I.1. Caso a Licitante esteja em **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

II - Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

II.1. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

II.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

II.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II.4. A empresa deverá apresentar índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
- $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$  e
- $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

II.5. Os indicadores previstos serão calculados por exercício, de forma que serão verificados 2 (dois) conjuntos de indicadores, 1 (um) para cada exercício social a que se referirem as demonstrações contábeis.

II.6. Comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual da proposta, com base no balanço patrimonial do último exercício social. Deverá ser considerada a soma dos dois grupos.

II.7. Não sendo comprovado o patrimônio líquido mínimo exigido para a totalidade dos grupos, a habilitação ficará limitada aos grupos para os quais a licitante demonstre capacidade econômico-financeira, observada rigorosamente a ordem sequencial estabelecida no instrumento convocatório e no sistema Compras.gov.br.

**10.10.4.** Caso a licitante apresente a Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a comprovação dos documentos contábeis deverá observar os critérios, limites e formas de apresentação estabelecidos na legislação e nos normativos expedidos pela Receita Federal do Brasil.

#### **10.11. Quanto à HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

**10.11.1.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento das condições estabelecidas no edital e de todas as informações necessárias à formulação da proposta e ao cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação.

**10.11.2.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.

**10.11.3.** Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão referir-se a contratos executados com, no mínimo, as seguintes características:

**10.11.3.1.** fornecimento de alimentação pronta (refeições, lanches, coffee break ou serviços similares), destinada ao atendimento institucional, corporativo ou de eventos;

**10.11.3.2.** execução do serviço sob demanda, com comprovação de quantitativo mínimo correspondente a no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estimados para o grupo/lote a que o licitante estiver concorrendo, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

**10.11.3.4.** Justifica-se a exigência do percentual mínimo de 50% em razão da natureza continuada e da complexidade operacional do objeto, que envolve fornecimento de alimentação sob demanda, com necessidade de preparo, acondicionamento, logística de transporte e entrega simultânea em diferentes unidades jurisdicionais, inclusive em finais de semana, feriados e horários extraordinários. O percentual adotado mostra-se proporcional e compatível com a dimensão da contratação, sendo suficiente para demonstrar experiência pretérita apta a reduzir riscos de inexecução contratual, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**10.11.3.5.** comprovação de regularidade na execução contratual, demonstrando capacidade logística, operacional e de cumprimento de prazos.

**10.11.3.6.** Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão aceitos atestados referentes a contratos concluídos ou em execução, desde que comprovada a execução satisfatória dos serviços.

**10.11.3.6.1.** Nos casos de contratos em execução, será admitida a comprovação parcial, desde que o quantitativo executado até a data da apresentação seja suficiente para atender às exigências estabelecidas neste edital.

**10.11.3.6.2.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados em período compatível com o objeto da contratação, podendo ser considerados aqueles executados em qualquer período, desde que demonstrem experiência pertinente e adequada.

**10.11.4** Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, o **somatório de atestados**, desde que evidenciada, de forma inequívoca, a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

**10.11.5.** Para fins de comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, os atestados de capacidade técnica apresentados não poderão ser considerados em duplicidade para atendimento simultâneo de mais de um grupo.

**10.11.6.** Quando a licitante participar de mais de um grupo, deverá demonstrar capacidade técnico-operacional compatível com o somatório das demandas, com aptidão para a execução simultânea dos serviços, caso seja convocada para os Grupos 01 e 02.

**10.11.7.** É vedada a utilização de um mesmo atestado para o atendimento isolado das exigências de cada grupo, admitindo-se sua utilização apenas quando o(s) documento(s) comprovar(em), de forma expressa, quantitativo suficiente para atender ao somatório das obrigações contratuais, sem possibilidade de contagem em duplicidade.

**10.11.8.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de atestados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**10.11.9.** O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que lhes deu suporte, endereço do contratante e local de execução do objeto, dentre outros documentos pertinentes.

**10.11.10.** Declaração de que, na execução do objeto, a contratada fornecerá todos os materiais, insumos, equipamentos e recursos humanos necessários ao pleno cumprimento das obrigações contratuais.

**10.11.11.** Declaração de que dispõe de estrutura administrativa, operacional e logística compatível com a execução dos serviços, apta a assegurar o atendimento adequado às demandas da Administração.

**10.11.12.** Comprovação de que a empresa possui nutricionista legalmente habilitado, responsável técnico pelos serviços de alimentação, mediante apresentação de:

**10.11.12.1.** contrato de trabalho; ou

**10.11.12.2.** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou

**10.11.12.3.** contrato de prestação de serviços; e

**10.11.12.4.** comprovante de registro ativo no Conselho Regional de Nutrição – CRN.

**10.11.13.** Declaração de que a elaboração dos cardápios, bem como o preparo, o controle de qualidade e a segurança alimentar dos produtos fornecidos, estarão sob a responsabilidade do nutricionista indicado.

**10.11.14.** Prova de atendimento aos requisitos sanitários aplicáveis à atividade, mediante apresentação de licença ou alvará sanitário vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente.

**10.11.15.** O atestado ou a declaração apresentada deverá ser apresentado em papel timbrado pelo órgão ou empresa emissora, contendo o nome, o endereço, email e telefone, as informações técnicas do objeto contratual executado, descrição do objeto e assinatura do representante legal pelo órgão ou empresa emissora.

## **10.12. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**10.12.1.** O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

## **10.13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

**10.13.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer tempo, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

**10.13.2.** Os originais ou cópias autenticadas, caso solicitados, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Licitação, no endereço: Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP 65.010-190.

## **10.15. DA IDENTIFICAÇÃO E TITULARIDADE DOS DOCUMENTOS**

**10.15.1.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

**10.15.2.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

## **10.16. DAS DILIGÊNCIAS**

**10.16.1.** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, destinada a:

I – complementar informações acerca dos documentos já apresentados, desde que necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;

II – atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

## **10.17. DO SANEAMENTO DE ERROS OU FALHAS**

**10.17.1.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **10.18. DA VALIDADE DAS CERTIDÕES**

**10.18.1.** As certidões que não apresentarem prazo de validade expresse serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

**10.18.2.** As certidões que possuírem prazo de validade expresse e que estiverem válidas na data da sessão pública do certame, mas que venham a expirar no curso da análise da habilitação, poderão ser atualizadas mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**10.18.3.** A atualização de que trata o item anterior não será considerada apresentação de novo documento, desde que se refira à manutenção da situação jurídica existente na data de abertura do certame.

**10.18.4.** Caso a licitante, devidamente intimado, não apresente a certidão atualizada no prazo estabelecido pela Administração, será inabilitado, por descumprimento da exigência de habilitação.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

**11.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata / Termo de Julgamento.

**11.3.** As demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

**11.4.** Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** A adjudicação e homologação deste **Pregão** competem ao Presidente do Tribunal

de Justiça do Estado Maranhão.

### **13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

**13.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**13.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**13.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**13.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**13.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**13.1.2.4** deixar de apresentar amostra;

**13.1.2.5** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**13.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**13.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**13.1.5.** fraudar a licitação;

**13.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**13.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**13.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**13.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**13.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**13.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**13.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**13.2.1.** advertência;

**13.2.2.** multa;

**13.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**13.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**13.3.2.** as peculiaridades do caso concreto.

**13.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**13.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**13.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

**13.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**13.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**13.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**13.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **14. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**14.1.** Conforme disposto no Anexo I da Portaria GP 224/2024 – TJMA

## **15. DO REGISTRO DE PREÇOS**

### **15. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Ata de Registro de Preços (ARP).

**15.1.1.** Da vigência:

**15.1.1.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

**15.2.** Da adesão à Ata de Registro de Preços:

**15.2.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por órgãos e entidades da Administração Pública, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, na qualidade de Órgão Gerenciador, manifestar-se previamente sobre os pedidos de adesão, observadas as disposições deste edital e da legislação aplicável.

**15.2.2.** Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual terão preferência nas adesões à Ata de Registro de Preços.

**15.2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que tal adesão não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

**15.2.4.** As contratações adicionais decorrentes de adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ARP para o TJMA (órgão gerenciador) e para os órgãos participantes.

**15.2.5.** Nos termos do Decreto Estadual nº 38.136/2023, o quantitativo decorrente do conjunto das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de

cada item ou lote registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que venham a aderir.

**15.2.6.** Durante a vigência da Ata, o órgão ou entidade que não tenha participado de todos os itens ou lotes do registro de preços poderá aderir aos demais itens ou lotes do mesmo registro, observadas as disposições deste edital e atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 12 do Decreto Estadual nº 38.136/2023;

c) consulta e aceitação prévias do TJMA, na qualidade de órgão gerenciador, e do fornecedor registrado.

**15.2.7.** A autorização da adesão pelo TJMA somente será formalizada após a manifestação expressa de aceite do fornecedor.

**15.2.8.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação decorrente da adesão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

**15.2.9.** Os órgãos participantes e não participantes deverão encaminhar ao TJMA cópia dos contratos celebrados, no prazo de 5 (cinco) dias após a respectiva publicação, para fins de controle e acompanhamento da Ata de Registro de Preços.

**15.2.10.** O órgão ou entidade poderá aderir ao item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de órgão não participante, exclusivamente para os itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste edital.

**15.2.11.** O pedido de adesão de que trata o item 15.2.6 deverá ser formalizado por meio do portal Compras.gov, no módulo Gestão de Atas, cabendo à Coordenadoria de Gestão de Contratos a análise e instrução do pedido. Contato institucional: coordcontratos@tjma.jus.br | Telefone: (98) 2055-2417 / 2418.

### **15.3. Do cancelamento da Ata de Registro de Preços**

**15.3.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pelo

órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual nº 38.136/2023, especialmente quando:

- I – descumprir as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;
- II – recusar-se, sem justificativa aceitável, a assinar o contrato, a retirar a nota de empenho ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;
- III – não aceitar reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior aos valores praticados no mercado; ou
- IV – sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**15.3.2.** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, após a instauração do procedimento administrativo correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.3.3.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado, nas seguintes hipóteses:

- I – por razão de interesse público, devidamente motivada; ou
- II – a pedido do fornecedor, mediante requerimento formal ao órgão gerenciador, desde que comprovada a impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas.

**15.4.** Após a adjudicação e homologação, a Administração adotará as providências necessárias para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

**15.4.1.** O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.

## **16. DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

**16.1.** Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, a Administração tomará todas as providências para a assinatura do Termo de Contrato,

salvo se entender ser viável a sua substituição pela Nota de Empenho, observando as hipóteses elencadas no Art. 95, II da Lei nº 14.133/2021;

**16.2.** O adjudicatário terá o prazo de 03 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

**16.3.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

**16.4.** A **CONTRATADA** se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e seus anexos;

**16.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência;

**16.6.** A **CONTRATADA** reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

**16.7.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão, se houver (Art. 90, §5º da Lei nº 14.133/2021);

**16.8.** É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a manutenção e verificação diária de seu endereço eletrônico, para acompanhamento das notificações do TJMA relativas ao Pregão Eletrônico, execução do contrato e notas de empenhos entre outras comunicações. As mensagens enviadas ao endereço eletrônico da **CONTRATADA**, inclusive as de encaminhamento da nota de empenho, serão consideradas lidas 02 (dois) dias após o envio, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente a contagem do prazo para a entrega dos objetos.

## **17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**17.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [colicacao@tjma.jus.br](mailto:colicacao@tjma.jus.br), até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

**17.2.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**17.3.** Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br).

**17.4.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último **dia útil anterior à data da abertura do certame**.

## **18. DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DO PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**18.1.** As condições de entrega e/ou execução dos serviços dar-se-ão segundo as regras previstas no Termo de Referência (Anexo II) e na minuta contratual (Anexo IV).

**18.2.** O recebimento do objeto será feito em conformidade com o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e as regras previstas no Termo de Referência (Anexo II) e na minuta contratual (Anexo IV)

**18.3.** O pagamento será efetuado de acordo com o prazo e as regras previstas no Termo de Referência (Anexo II) e na minuta contratual (Anexo IV) do edital.

**18.4.** Quanto à fiscalização, o gestor e fiscais do contrato serão designados através de Portaria, e serão competentes para liquidarem as faturas apresentadas (atestos) encaminhando-as ao pagamento, notificar a empresa e solicitar aplicação de sanções.

## **19. DA SUSTENTABILIDADE**

**19.1.** A empresa deverá declarar na fase de proposta que:

**19.1.1.** que compromete a cumprir os critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, que observará sempre que aplicáveis, os seguintes requisitos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Maranhão – PLS-PJMA 2021–2026, e com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

**19.1.2.** que adotará práticas que promovam o consumo consciente, com vistas à redução de desperdícios de alimentos, sempre que possível, mediante adequado planejamento das quantidades solicitadas;

**19.1.3.** que priorizará o uso de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, quando disponíveis no mercado, sem prejuízo da segurança alimentar e da competitividade da contratação;

**19.1.4.** que orientará seus subordinados quanto à correta segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

**19.1.5.** que utilizará racional de insumos, evitando o uso excessivo de materiais descartáveis, sempre que tecnicamente viável;

**19.1.6.** que observará de práticas sustentáveis de natureza ambiental, social e econômica, compatíveis com a execução do objeto, sem imposição de exigências que restrinjam indevidamente a competitividade do certame.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão poderá revogar o presente certame, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado; ou homologá-lo.

**20.2.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponível no endereço Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no site do Tribunal de Justiça do Maranhão, na seção cidadão – transparência – licitação ([http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=licitacoes](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=licitacoes)), podendo também ser fotocopiado na Coordenadoria de Licitações e Contratos no endereço supra, assim como copiado mediante a apresentação de *pen-drive*, para sua gravação.

**20.3.** Qualquer documento redigido em língua estrangeira, juntado ao processo, deverá estar acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado, consoante o artigo 13 da Constituição Federal; artigo 22, §1º, da Lei nº 9.784/1999; artigo 224 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil); artigo 192 e § único da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), como também o artigo 148 da Lei nº 6.015/1973 (Registros Públicos).

**20.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências (com vistas ao saneamento na proposta de preços ou nos documentos de habilitação da licitante convocada) ou suspensão para análise de proposta ou documentação de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em Ata.

**20.4.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“*chat*”) de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**20.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**20.6.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**20.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**20.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**20.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**20.11.** A gravação e transmissão ao vivo das sessões públicas dos processos licitatórios, via Internet, realizados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão estão estabelecidos de acordo com a Portaria GP 330/2021.

**20.12.** O presente certame não estabelecerá nenhum vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o PJMA e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela empresa a ser contratada, sendo a empresa vencedora a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho

entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

**20.13.** Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) **PREGOEIRO(A)**, que decidirá com base nas normas conduzidas pela legislação em vigor aplicada à espécie.

**20.14. Anexos:**

**20.14.1 Do edital:**

20.14.1.1 Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

20.14.1.2 Anexo II – Termo de Referência (TR)

20.14.1.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preço

20.14.1.4 Anexo IV – Minuta de Contrato

20.14.1.5 Anexo V – Declaração de Inexistência de Nepotismo

**20.14.2 Do termo de referência (TR):**

20.14.2.1 Anexo I – Modelo de Proposta

São Luís, 03 de junho de 2026.

Pregoeiro Oficial do TJMA

---

**ANEXO – I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Em anexo Estudo Técnico Preliminar contendo 16 fls)

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

ETP-CAC - 22026

Código de validação: 3AC5A19F2A

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A presente demanda decorre da necessidade de assegurar condições adequadas para o regular funcionamento das sessões do Tribunal do Júri que, por sua natureza, frequentemente se realizam em regime integral, sem interrupção e, não raras vezes, estendendo-se até a madrugada.

Nessas circunstâncias, servidores, magistrados, membros do Ministério Público, defensores, jurados e demais participantes permanecem por longos períodos em atividade contínua, o que exige suporte logístico mínimo capaz de garantir condições adequadas de permanência, desempenho e continuidade dos trabalhos, sob pena de comprometimento da eficiência da prestação jurisdicional.

A contratação visa, assim, viabilizar o fornecimento de alimentação aos servidores e jurados que integram os Tribunais do Júri, sendo o atendimento restrito às comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Imperatriz, tendo em vista que, nas demais comarcas do interior do Estado, a baixa demanda de sessões do Tribunal do Júri compromete a competitividade, a economicidade e a eficiência da contratação.

O presente contrato atenderá, ainda, às necessidades decorrentes da realização de eventos institucionais promovidos pela Corregedoria Geral da Justiça, tais como mutirões, projetos institucionais, reuniões de grupos de trabalho, capacitações e outras atividades correlatas, indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições legais.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

A quantidade estimada a ser adquirida será definida no Termo de Referência, considerando a média histórica dos últimos exercícios e a projeção dos eventos a serem realizados no período de vigência contratual.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade das atividades jurisdicionais e institucionais, promover o adequado planejamento administrativo e atender ao interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da boa governança.

## **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A despesa tem previsão orçamentária conforme consta no PCA 2026 (2026DE00029 e 2026DE00016).

## **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para o adequado atendimento da necessidade identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos essenciais, suficientes à escolha da solução, sem prejuízo à competitividade do certame:

### **a) Requisitos técnicos e operacionais**

- fornecimento de alimentação e bebidas prontas, conforme demanda da Administração, destinadas às sessões do Tribunal do Júri realizadas em regime integral e aos eventos institucionais promovidos pela Corregedoria Geral da Justiça;
- observância aos padrões mínimos de qualidade, higiene e segurança alimentar, em conformidade com a legislação sanitária vigente;
- capacidade de atendimento em horários extraordinários, inclusive noturnos e em finais de semana, quando necessário;
- pontualidade e regularidade no fornecimento, de acordo com a programação informada pela Administração;
- fornecimento compatível com os quantitativos estimados, conforme definidos no Termo de Referência.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

## **b) Requisitos administrativos**

- execução do objeto sob demanda, mediante solicitação formal da Administração;
- inexistência de dedicação exclusiva de mão de obra;
- possibilidade de fiscalização e acompanhamento da execução contratual por servidores designados;
- observância às normas internas e aos fluxos administrativos do órgão.

## **c) Requisitos de sustentabilidade**

Em consonância com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Maranhão – PLS-PJMA 2021–2026, deverão ser observadas, sempre que aplicáveis, práticas que promovam o consumo consciente e a redução de impactos ambientais, tais como:

- estímulo ao uso racional de insumos e à redução de desperdícios;
- preferência, quando disponíveis no mercado, por embalagens recicláveis ou biodegradáveis;
- adequada destinação dos resíduos sólidos gerados;
- adoção de práticas compatíveis com a sustentabilidade ambiental, social e econômica, sem prejuízo à competitividade da contratação.

Os requisitos acima elencados são considerados **necessários e suficientes** para assegurar o atendimento da demanda da Administração, preservando-se a ampla concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa.



## 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no quantitativo de sessões do Júri realizadas pelo Poder Judiciário e o **histórico de consumo do contrato atualmente vigente** (Contrato nº 0054/2021–TJMA), o qual vem atendendo às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão quanto ao fornecimento de alimentação destinada ao funcionamento dos Tribunais do Júri realizados na Ilha de São Luís, bem como ao atendimento de eventos institucionais promovidos pela Corregedoria Geral da Justiça.

Considerando a estruturação da futura contratação em **lotes distintos**, a presente estimativa refere-se **exclusivamente ao Lote 1**, que abrangerá as comarcas de **São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa**, além dos **eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça**.

Para o **lote 1**, que abrangerá as comarcas de **São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa**, além dos **eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça**, foram adotados **os mesmos quantitativos previstos no contrato atualmente em vigor**, os quais se mostraram adequados ao atendimento da demanda institucional ao longo de sua execução, servindo como parâmetro objetivo e consistente para a definição das quantidades estimadas.

Dessa forma, com base no perfil histórico de consumo, foram consideradas as seguintes quantidades estimadas:

- **Lanche tipo I:** 5.000 unidades
- **Lanche tipo II:** 50.000 unidades
- **Lanche tipo III (coffe break):** 5.000 unidades
- **Almoço tipo I:** 30.000 unidades
- **Almoço tipo II:** 3.000 unidades
- **Jantar:** 3.000 unidades



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

Ressalta-se que tais quantitativos refletem o consumo médio verificado nos últimos exercícios, conferindo maior precisão, razoabilidade e aderência à real necessidade da Administração, em conformidade com o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 7º, inciso V, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020.

Em relação ao **Lote 2**, correspondente à comarca de Imperatriz, estima-se os quantitativos a seguir discriminados:

- **Lanche tipo II:** 1394 unidades
- **Almoço tipo I:** 1394 unidades
- **Jantar:** 1394 unidades

## **5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**Solução 1: Execução Interna** (Preparação e logística com equipe própria do tribunal)

**Descrição:** O Tribunal poderia tentar organizar o serviço de alimentação internamente, montando uma estrutura de cozinha temporária, adquirindo insumos e designando servidores para o preparo, distribuição e gerenciamento das refeições e lanches.

**Vantagens Potenciais:** Potencialmente maior controle sobre o cardápio e os processos.

**Desvantagens/Riscos:**

**Inviabilidade Temporal e de Estrutura:** A montagem de uma estrutura de cozinha com os equipamentos, licenças sanitárias e equipe de preparo qualificada exigiria um tempo considerável e um investimento financeiro inicial elevado.

**Desvio de Foco:** A alocação de servidores para atividades-meio complexas como a alimentação desviaria recursos humanos de suas funções finalísticas, comprometendo outras atividades essenciais do órgão.

**Custo Oculto:** Embora possa parecer uma economia inicial, os custos com aquisição de equipamentos, insumos, treinamento, licenças, além dos custos de oportunidade da equipe, provavelmente superariam os da contratação externa.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

**Conclusão:** Esta alternativa é inviável devido à falta de expertise e infraestrutura adequada, e ao alto custo e risco de implementação.

**Solução 2:** Contratação Fragmentada (Múltiplos Fornecedores ou Tipos de Estabelecimentos)

**Descrição:** Consistiria em contratar diferentes tipos de estabelecimentos ou fornecedores para cada item da demanda: por exemplo, um restaurante para as refeições, uma padaria para os kits de lanche, e um distribuidor para água e café.

**Vantagens Potenciais:** Possível obtenção de preços ligeiramente menores para itens específicos, se negociados separadamente.

**Desvantagens/Riscos:**

**Complexidade Logística Exacerbada:** O gerenciamento de múltiplos contratos e fornecedores para entregas com curto pré-aviso seria extremamente complexo e propenso a falhas. A coordenação de diversas empresas, cada uma com seus próprios prazos e dinâmicas, aumentaria exponencialmente o risco de atrasos e interrupções, o que é inaceitável.

**Dificuldade de Coordenação:** A flexibilidade e agilidade exigidas em sessões do Júri e eventos institucionais da CGJ seriam seriamente comprometidas pela necessidade de múltiplos pontos de contato e a ausência de uma visão unificada sobre a demanda.

**Padronização e Qualidade Variável:** A qualidade, embalagens e padrões de higiene poderiam variar significativamente entre os diferentes fornecedores, dificultando a fiscalização e garantia de conformidade.

**Responsabilidade Diluída:** Em caso de problemas (atrasos, qualidade insatisfatória, falhas sanitárias), a atribuição de responsabilidade seria mais difícil, comprometendo a resolução rápida e eficaz.

**Aumento da Carga de Trabalho da Fiscalização:** A equipe do Tribunal precisaria gerenciar e fiscalizar vários contratos simultaneamente, aumentando a carga administrativa.

**Conclusão:** Esta alternativa é inadequada devido à complexidade logística, ao elevado risco de falhas de coordenação, à dificuldade em garantir a padronização e à impossibilidade de atender à agilidade e pontualidade exigidas pela dinâmica das sessões do Júri e demais eventos institucionais da CGC.



### **Solução 3: Não Contratar / Permitir que os Participantes Providenciem sua Própria Alimentação**

**Descrição:** O Tribunal não contrataria nenhum serviço de alimentação, deixando que jurados e demais envolvidos providenciem suas próprias refeições, lanches, café e água.

**Vantagens Potenciais:** Ausência de custo direto de contratação para o Tribunal.  
**Desvantagens/Riscos:**

**Inviabilidade Operacional do Júri:** Jurados não podem se ausentar das sessões. Exigir que outros profissionais saiam para se alimentar causaria interrupções significativas e atrasos prolongados no andamento da sessão, desvirtuando completamente seu propósito de celeridade.

**Comprometimento da Concentração e Bem-Estar:** A preocupação com a alimentação e a busca por locais adequados afetaria a concentração e o desempenho dos envolvidos, especialmente em sessões de longa duração.

**Riscos de Segurança:** A saída constante de pessoas para alimentação aumentaria riscos de segurança para jurados e demais participantes, além de quebrar o isolamento necessário para os jurados.

**Impacto Negativo na Imagem Institucional:** A falta de suporte básico como alimentação para os participantes de um evento de tamanha importância refletiria negativamente na imagem e na capacidade do Tribunal de organizar e conduzir processos essenciais.

**Conclusão:** Esta alternativa é totalmente inviável e comprometeria fundamentalmente a própria realização, a segurança e a eficiência do Tribunal do Júri, indo contra os objetivos estratégicos da instituição.

### **Solução Escolhida: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento Integrado de Alimentação e Bebidas (Conforme Termo de Referência)**

**Descrição:** Contratação de uma única empresa especializada na prestação de serviços de alimentação e bebidas (refeições prontas, kits de lanches, café, etc.), responsável por todo o ciclo: preparo, acondicionamento, transporte, entrega e gestão logística, conforme as especificações detalhadas no Termo de Referência.

**Vantagens:**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

**Adequação Plena aos Requisitos:** Esta solução atende a todos os requisitos técnicos, funcionais, de qualidade, higiene e segurança alimentar.

**Flexibilidade e Agilidade Garantidas:** Uma empresa especializada possui a estrutura, o pessoal qualificado e a experiência para se adaptar a cronogramas fluidos, realizar entregas com curto pré-aviso, gerenciar alterações de última hora e garantir a pontualidade, elementos cruciais para o bom andamento das sessões do Júri e demais eventos institucionais da CGC.

**Otimização Logística e Proximidade:** A exigência de que o fornecedor tenha sede ou base operacional próxima aos locais de prestação do serviço é fundamental para assegurar a rapidez na resposta, a manutenção da temperatura ideal dos alimentos e a pontualidade nas entregas, mitigando os riscos de trânsito intenso e imprevisível.

**Redução da Complexidade Administrativa:** A existência de um único ponto de contato e responsabilidade simplifica a gestão do contrato, a fiscalização e a resolução de eventuais problemas para o Tribunal.

**Segurança e Qualidade Asseguradas:** A contratação de empresa com capacidade técnica comprovada (atestados) e licenças sanitárias garante a conformidade com as normas e a segurança alimentar dos participantes.

**Custo-benefício:** Embora possa ter um custo inicial aparente maior do que alternativas fragmentadas (que se mostram inviáveis), o custo-benefício é superior, considerando a garantia de eficiência, a redução de riscos operacionais e de imagem, a não interrupção dos trabalhos e a liberação de recursos internos do Tribunal para suas atividades-fim.

**Conclusão:** A contratação de uma empresa especializada para o fornecimento integrado de alimentação e bebidas, conforme as especificações do Termo de Referência, é a solução mais adequada, vantajosa e viável técnica, econômica e legalmente para a Administração. É a única que atende de forma eficaz à urgência, à complexidade logística e aos altos padrões de qualidade e segurança exigidos nas sessões do Júri e eventos institucionais da CGC.

## **6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa preliminar do preço da contratação foi elaborada com base nos valores praticados no **Contrato nº 0054/2021 – TJMA**, atualmente vigente, considerando o **4º Termo Aditivo**, que promoveu a prorrogação da vigência até 24/05/2026 e o reajuste dos preços pelo índice IPCA acumulado de 4,56%.

Para o **lote 1**, que abrangerá as comarcas de **São Luís, São José de Ribamar, Paço**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Corregedoria Geral da Justiça  
Coordenadoria de Administração da CGJ

do **Lumiar e Raposa**, além dos **eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça**, adotando-se como referência os mesmos quantitativos atualmente utilizados, os quais vêm atendendo de forma satisfatória às necessidades do TJMA, estima-se os valores a seguir.

A utilização do contrato vigente como parâmetro atende ao disposto na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, por se tratar de preços públicos, recentes, formalmente contratados pela própria Administração e compatíveis com o mercado.

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário reajustado (R\$)	Valor total estimado (R\$)
1	Lanche Tipo I	5.000	11,44	57.200,00
2	Lanche Tipo II	50.000	13,99	699.500,00
3	Lanche Tipo III (coffee break)	5.000	24,17	120.850,00
4	Almoço Tipo I	30.000	20,35	610.500,00
5	Almoço Tipo II	3.000	53,42	160.260,00
6	Jantar	3.000	21,62	64.860,00

**Valor total estimado do Lote 1:**

**R\$ 1.713.170,00 (um milhão, setecentos e treze mil, cento e setenta reais).**

Ressalta-se que o valor ora estimado possui caráter **preliminar**, sendo utilizado exclusivamente para fins de planejamento da contratação e análise de sua viabilidade, devendo o orçamento detalhado e definitivo integrar o Termo de Referência.

Em relação ao **Lote 2**, correspondente à comarca de Imperatriz, estima-se os valores a seguir discriminados:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário reajustado (R\$)	Valor total estimado (R\$)
2	Lanche Tipo II	1394	13,99	19.502,06
4	Almoço Tipo I	1394	20,35	28.367,90
6	Jantar	1394	21,62	30.138,28

**Valor total estimado do Lote 2:**

**R\$ 78.008,24 (setenta e oito mil, oito reais e vinte e quatro centavos)**



## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o levantamento de mercado realizado, a solução mais adequada para o atendimento da necessidade identificada consiste na **contratação de empresa especializada para o fornecimento integrado de alimentação e bebidas**, conforme as condições, especificações e quantitativos estimados a serem definidos no Termo de Referência.

A solução adotada visa garantir suporte adequado às sessões do Tribunal do Júri que funcionam em regime integral, sem interrupção e, não raras vezes, com extensão até a madrugada, bem como ao atendimento de eventos institucionais promovidos pela Corregedoria Geral da Justiça, tais como mutirões, projetos institucionais, reuniões de grupos de trabalho, capacitações e atividades correlatas.

O fornecimento ocorrerá sob demanda da Administração, de acordo com a programação das atividades judiciais e institucionais, observando padrões mínimos de qualidade, segurança alimentar, pontualidade e regularidade, de modo a assegurar o adequado funcionamento das atividades.

A contratação será estruturada de forma a permitir a execução eficiente do objeto, com organização por lotes geográficos, considerando as particularidades logísticas das regiões atendidas, bem como a necessidade de garantir competitividade, economicidade e adequada fiscalização contratual.

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores designados, nos termos da legislação vigente, não havendo exigência de manutenção ou assistência técnica continuada, tendo em vista a natureza do objeto.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se como alternativa capaz de atender de forma integrada, eficiente e contínua às necessidades da Administração, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público.



## **8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

Nos termos do inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 7º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, procedeu-se à análise da viabilidade de parcelamento do objeto da presente contratação.

O objeto consiste no fornecimento de alimentação destinada aos servidores, jurados e demais participantes das sessões do Tribunal do Júri, que funcionam em regime integral, muitas vezes estendendo-se até a madrugada, bem como ao atendimento de eventos institucionais promovidos pela Corregedoria Geral da Justiça, tais como mutirões, projetos institucionais, reuniões de grupos de trabalho, entre outros.

Após avaliação técnica e de mercado, verificou-se que o parcelamento do objeto por critério geográfico mostra-se medida adequada e vantajosa à Administração, razão pela qual a contratação será estruturada em dois lotes distintos, assim definidos:

- Lote 1: Comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa;

Lote 2: Comarca de Imperatriz.

Tal divisão considera as especificidades logísticas, operacionais e mercadológicas de cada região, sobretudo quanto à necessidade de fornecimento contínuo, em horários extraordinários, com garantia de qualidade, pontualidade e segurança alimentar.

O parcelamento por lotes geográficos contribui para: *i)* ampliação da competitividade, ao possibilitar a participação de fornecedores locais ou regionais; *ii)* aumento da economicidade, reduzindo custos com deslocamento, transporte e logística; *iii)* maior eficiência na execução contratual, dada a proximidade do fornecedor com os locais de prestação do serviço; *iv)* mitigação de riscos operacionais relacionados a atrasos,



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

falhas no fornecimento e dificuldades de fiscalização.

Ressalta-se, ainda, que a contratação não foi estendida às demais comarcas do interior do Estado em razão da baixa frequência de sessões do Tribunal do Júri nessas localidades, circunstância que inviabilizaria a competição e comprometeria a economicidade da contratação.

Dessa forma, o parcelamento do objeto em dois lotes revela-se tecnicamente viável, economicamente vantajoso e alinhado aos princípios da eficiência, competitividade, planejamento e interesse público, atendendo plenamente às disposições da Lei nº 14.133/2021.

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Em atendimento ao inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 7º, inciso X, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, apresentam-se os resultados pretendidos com a presente contratação, sob as perspectivas da economicidade, eficiência administrativa, efetividade institucional e do melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A contratação tem por finalidade assegurar condições adequadas para o regular funcionamento das sessões do Tribunal do Júri realizadas em regime integral, muitas vezes estendendo-se até a madrugada, bem como para a realização de eventos institucionais promovidos pela Corregedoria Geral da Justiça, tais como mutirões, projetos institucionais, reuniões de grupos de trabalho, capacitações e atividades correlatas.

Com a execução do objeto, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- **Melhoria da eficiência administrativa e da prestação jurisdicional**, garantindo suporte logístico adequado às atividades judiciais e institucionais, evitando interrupções ou prejuízos ao andamento dos trabalhos;
- **Racionalização do uso dos recursos humanos**, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes envolvidas, com reflexos positivos na produtividade e na organização administrativa;
- **Economicidade e previsibilidade orçamentária**, mediante a redução de contratações emergenciais e de soluções improvisadas, com maior controle dos gastos públicos;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Corregedoria Geral da Justiça  
Coordenadoria de Administração da CGJ

- **Mitigação de riscos operacionais**, assegurando regularidade, padronização e segurança no fornecimento de alimentação durante atividades prolongadas ou fora do horário regular de expediente;
- **Aprimoramento da gestão contratual**, com facilitação do acompanhamento, fiscalização e mensuração de resultados;
- **Contribuição para o desenvolvimento nacional sustentável**, ao estimular a participação de fornecedores locais e regionais e promover o uso racional dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação apresenta-se como instrumento de fortalecimento da gestão administrativa, de apoio às atividades jurisdicionais e institucionais da Corregedoria Geral da Justiça e de promoção do interesse público.

## 10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Nos termos do inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 7º, inciso XI, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, procedeu-se à análise quanto à necessidade de adoção de providências prévias à celebração do contrato.

Após avaliação técnica, verificou-se que **não há necessidade de adoção de providências prévias por parte da Administração**, tais como capacitação específica de servidores, adequações no ambiente organizacional, intervenções de engenharia ou ajustes em sistemas, uma vez que o objeto consiste em fornecimento de alimentação, cuja execução seguirá rotinas administrativas já consolidadas no âmbito do órgão.

A gestão e a fiscalização contratual serão realizadas por servidores designados, observando-se os procedimentos e normativos internos vigentes.

## 11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

Em atendimento ao inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 7º, inciso VIII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, procedeu-se à análise quanto à existência de contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto da presente contratação.

Verificou-se que há contratação atualmente em vigor destinada ao fornecimento de alimentação, contudo, **referido contrato não abrange a comarca de Imperatriz**, não sendo suficiente para atender integralmente à demanda ora identificada.

Ressalta-se, ainda, que o contrato vigente possui **vigência até maio de 2026**, circunstância que reforça a necessidade de planejamento prévio da nova contratação, com vistas a assegurar a continuidade do fornecimento de alimentação às atividades jurisdicionais e institucionais, sem solução de continuidade.

Assim, embora exista contratação em curso, esta **não supre de forma plena a necessidade atual nem se configura como interdependente**, podendo a presente contratação ser planejada e executada de forma autônoma, observados os princípios da continuidade do serviço público, do planejamento e da eficiência administrativa.

## **12 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

Em atendimento ao inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 7º, inciso XII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, procedeu-se à análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, bem como das respectivas medidas mitigadoras.

Considerando a natureza do objeto — fornecimento de alimentação para atendimento às sessões do Tribunal do Júri e aos eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça —, os impactos ambientais identificados apresentam **baixo potencial**, restringindo-se, principalmente, à geração de resíduos sólidos oriundos de embalagens, recipientes e materiais descartáveis, bem como aos aspectos logísticos relacionados ao transporte.

Como medidas de mitigação, a contratação observará diretrizes compatíveis com o **Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Maranhão – PLS-PJMA 2021–2026**, especialmente no que se refere aos eixos de **aquisições e contratações**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Coordenadoria de Administração da CGJ**

**sustentáveis e gestão adequada de resíduos**, que buscam promover o consumo consciente, a redução de desperdícios e o uso racional dos recursos públicos.

Nesse sentido, poderão ser adotadas, conforme aplicável, as seguintes medidas:

- priorização do uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, quando disponíveis no mercado;
- orientação para redução do uso de materiais descartáveis;
- correta destinação dos resíduos sólidos gerados, em consonância com as práticas institucionais do TJMA;
- estímulo à racionalização das quantidades solicitadas, a fim de evitar desperdício de alimentos.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos e adequadamente mitigáveis, estando a execução do objeto alinhada às diretrizes de sustentabilidade institucional previstas no PLS-PJMA 2021–2026 e aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável.

### **13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Após a realização das análises constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida **mostra-se viável, razoável e adequada** ao atendimento da necessidade identificada.

Do ponto de vista **técnico**, a solução proposta é compatível com o objeto pretendido e atende de forma satisfatória às demandas relacionadas ao fornecimento de alimentação para as sessões do Tribunal do Júri realizadas em regime integral, bem como para os eventos institucionais promovidos pela Corregedoria Geral da Justiça.

Sob o aspecto **operacional**, a contratação revela-se exequível, considerando a estrutura administrativa existente, a definição de lotes por critério geográfico, a possibilidade de adequada gestão e fiscalização contratual e a inexistência de impedimentos operacionais à sua execução.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Corregedoria Geral da Justiça  
Coordenadoria de Administração da CGJ

Quanto à **viabilidade orçamentária**, a contratação encontra respaldo no planejamento da Administração (PCA 2026), sendo a estimativa de custos compatível com os preços praticados no mercado e com os recursos orçamentários disponíveis, observadas as normas aplicáveis.

Ademais, a solução proposta apresenta-se **alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e do desenvolvimento nacional sustentável**, bem como às diretrizes institucionais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Diante do exposto, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo para as fases subsequentes.

TAMER MORAES HELUY  
Coordenador Administrativo  
Coordenadoria de Administração da CGJ  
Matrícula 118844

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/01/2026 09:31 (TAMER MORAES HELUY)



---

**ANEXO – II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

(Em anexo Termo de Referência contendo 31 fls)

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **registro de preços**, a ser realizado por meio de **Pregão Eletrônico**, para o fornecimento de alimentação destinada ao funcionamento dos Tribunais do Júri realizados na Ilha de São Luís e na Comarca de Imperatriz, bem como ao atendimento de eventuais necessidades da Corregedoria Geral da Justiça, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Grupo 1 - Comarcas de **São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa**, além dos **eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Lanche Tipo I	3697	Por pessoa	5000	33,85	169.250,00
2	Lanche Tipo II	3697	Por pessoa	50000	30,00	1.500.000,00
3	Lanche Tipo III (coffee break)	3697	Por pessoa	5000	54,13	270.650,00
4	Almoco Tipo I	3697	Por pessoa	30000	35,00	1.050.000,00
5	Almoço Tipo II	3697	Por pessoa	3000	98,00	294.000,00
6	Jantar	3697	Por pessoa	3000	35,00	105.000,00
				<b>Total (R\$)</b>		<b>3.388.900,00</b>

1.1.2. Grupo 2 - Comarca de Imperatriz

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2	Lanche Tipo II	3697	Por pessoa	1394	28,00	39.032,00
4	Almoco Tipo I	3697	Por pessoa	1394	53,93	75.178,42
6	Jantar	3697	Por pessoa	1394	50,00	69.700,00
				Total (R\$)	183.910,42	

**VALOR ESTIMADO TOTAL (GRUPO I + GRUPO II) = R\$ 3.572.810,42**

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que atende a necessidade permanente da Administração, sendo prestado de forma reiterada ao longo do tempo para assegurar o regular funcionamento das sessões do Tribunal do Júri, bem como o atendimento às demandas institucionais da Corregedoria Geral da Justiça, cuja eventual interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades jurisdicionais e administrativas. Dessa forma, a fixação de **vigência plurianual** mostra-se **mais vantajosa para a Administração**, por possibilitar maior eficiência administrativa, racionalização dos procedimentos licitatórios, economia de escala, redução de custos operacionais e garantia da continuidade do serviço público, conforme demonstrado no **Estudo Técnico Preliminar**.

1.4. Nos **contratos eventualmente firmados em decorrência da Ata de Registro de Preços**, por se tratarem de serviços de natureza continuada, **será admitido o reajuste dos preços contratuais**, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, conforme índice previsto na minuta contratual.

### 1.5. Especificações

1.5.1. O fornecimento da alimentação obedecerá ao seguinte cardápio:

Item	Tipo	Composição
------	------	------------

01	Lanche tipo I	Chá com biscoitos ou Bolo (chocolate, tapioca, mesclado, milho, trigo, macaxeira, inglês, formigueiro, etc) com Chocolate Quente, ou Pães de Queijo com Chocolate ou Torradas (natural e integral) com geleia e café com leite.
02	Lanche tipo II	Variedade de sanduíche (sanduíche natural, sanduíche de rosbife, cachorro quente, misto quente, empadão de frango, quiche, torta salgada, croissant, etc) acompanhada de suco ou refrigerante ou ainda chocolate quente ou leite quente.
03	Lanche tipo III Coffee break	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tortas salgadas(palmito/ frango/carne seca/ carne moída/legumes e etc);</li> <li>• Pão de queijo/ bolinhos de tapioca;</li> <li>• 4 (quatro) tipos de salgados assados (pastel de carne/queijo/frango, esfirra, quibe, empada, coxinha e outros);</li> <li>• Mini sanduíches com recheios variados doces ou salgados;</li> <li>• 2 (dois) tipos de bolo (trigo, macaxeira, milho, tapioca, inglês, chocolate, mesclado e outros) ou bolo confeitado;</li> <li>• Salada de frutas (acompanhada de leite condensado e creme de leite);</li> <li>• Chocolate quente, refrigerante e suco;</li> <li>• 2 (dois) tipos de suco (goiaba, laranja, bacuri, cupuaçu, abacaxi, maracujá, acerola, cajá e outros)</li> <li>Caldos diversos (de ovos, carne, verde, etc).</li> </ul>
04	Almoço tipo I	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 (um) tipo de salada: 06 variações a escolher entre folhas verdes, verduras e legumes crus ou cozidos;</li> <li>• Arroz (branco/com cenoura/ à grega/ baião de dois/ brasileirinho/ com brócolis/ de banana com carne moída/abóbora e outros) ou Risotos(frango/carne);</li> <li>• Feijão com ou sem legumes (preto, carioca, tropeiro, branco);</li> <li>• Massa /Purê de batatas / Batata palha/ Suflê;</li> <li>• Farofa (amanteigada/ cuscuz/ banana/bacon);</li> <li>• 1 (um) prato principal: proteína vermelha (bovina escolhida preferencialmente alcatra, fraldinha) ou proteína branca (frango, filé de peixe) ou panquecas ou lasanhas;</li> <li>• Refrigerante ou suco.</li> </ul>
05	Almoço tipo II	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 (dois) tipos de salada;</li> <li>• 3 (três) tipos de complemento a escolher entre arroz, suflê, farofa, torta, etc;</li> <li>• 1 (um) tipo de massa;</li> <li>• 2 (dois) pratos principais (a escolher entre proteína vermelha, branca)</li> <li>• Refrigerante e suco</li> <li>Sobremesa</li> </ul>
06	Jantar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 (um) tipo de salada (tropical, legumes cozidos, legumes salteados, etc;)</li> <li>• 1 (um) tipo de massa (lasanha, panqueca, macarronada, penne; espaguete; etc;)</li> <li>• Refrigerante ou suco</li> </ul>

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 (2026DE00029 e 2026DE00016).

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se adequada à presente contratação em razão da natureza do objeto, que envolve o fornecimento de alimentação sob demanda, com quantitativos estimados e variação ao longo da vigência contratual. No caso das sessões do Tribunal do Júri, embora haja previsibilidade baseada na média de exercícios anteriores, subsiste incerteza quanto ao número efetivo de sessões, duração e eventual necessidade de fornecimentos adicionais. Adicionalmente, o objeto contempla o atendimento a eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça, cuja realização depende da agenda institucional e das prioridades da gestão, apresentando maior grau de variabilidade e imprevisibilidade quanto à frequência, ao porte e aos quantitativos demandados. Nesse contexto, o SRP revela-se o instrumento mais eficiente, por permitir a contratação conforme a necessidade efetiva da Administração, evitando a obrigatoriedade de consumo integral de quantitativos previamente estimados, reduzindo riscos de desperdício de recursos públicos e assegurando maior flexibilidade, economicidade e racionalização administrativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados, sempre que aplicáveis, os seguintes requisitos, em consonância com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, com o **Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Maranhão – PLS-PJMA 2021–2026**, e com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021:

4.1.1. adoção de práticas que promovam o consumo consciente, com vistas à redução de desperdícios de alimentos, sempre que possível, mediante adequado planejamento das quantidades solicitadas;

4.1.2. priorização do uso de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, quando disponíveis no mercado, sem prejuízo da segurança alimentar e da competitividade da contratação;

4.1.3. orientação quanto à correta segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

4.1.4. utilização racional de insumos, evitando o uso excessivo de materiais descartáveis, sempre que tecnicamente viável;

4.1.5. observância de práticas sustentáveis de natureza ambiental, social e econômica, compatíveis com a execução do objeto, sem imposição de exigências que restrinjam indevidamente a competitividade do certame.

## **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.1. A vedação à subcontratação justifica-se pelas características do objeto, que envolve o fornecimento de alimentação pronta sob demanda, exigindo controle direto e integrado da contratada sobre todas as etapas da execução (preparo, acondicionamento, transporte e entrega), com observância rigorosa de padrões sanitários, qualidade e pontualidade, inclusive em horários atípicos. A fragmentação da execução comprometeria a padronização dos serviços, a segurança alimentar, a eficiência logística e a adequada fiscalização contratual, razão pela qual se mostra necessária e proporcional a exigência de execução direta, sem prejuízo da competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **4.3. Garantia da contratação**

4.3.1. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia de execução, correspondendo a 5% do valor inicial do contrato:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança-bancária:

c.1) A fiança-bancária deverá ser emitida por instituição financeira cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil (Resolução BC 4.122, de 2/08/2012).

4.3.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

4.3.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do subitem 4.3.2, observada a legislação que rege a matéria.

4.3.4. O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

4.3.4.1. caso fortuito ou força maior;

4.3.4.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

4.3.4.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração;

4.3.4.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

4.3.5. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias, contado do primeiro dia útil após a divulgação do contrato no PNCP.

4.3.6. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

4.3.7. A inobservância dos prazos fixados nos subitens 4.3.5 e 4.3.6 para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.3.8. Nas modalidades de seguro-garantia ou fiança bancária, a garantia contratual deverá englobar a vigência do contrato mais 90 (noventa) dias, após o seu término.

4.3.9. Na modalidade de caução em dinheiro, o valor será atualizado monetariamente, de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição financeira em que for realizado o depósito. A liberação da quantia depositada ou do saldo remanescente ocorrerá 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

4.3.10. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.11. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.12. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.3.13.

4.3.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.3.14. Nos casos de prorrogação de vigência do prazo contratual, do prazo de execução, ou de aumento do valor do contrato, exigir-se-á da CONTRATADA, no momento da assinatura do Termo Aditivo correspondente, o endosso da garantia de que trata este item.

4.3.14.1. Caso o endosso não seja apresentado no prazo do item anterior, será considerado atraso na entrega, mesmo que a apólice tenha sido emitida dentro do prazo exigido no contrato.

4.3.14.2. A inobservância do prazo para a entrega do endosso poderá acarretar aplicação de multa, nos termos do subitem 4.3.7.

4.3.15. No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento ao TJMA dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se ainda, a CONTRATADA a outras penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

4.3.16. O TJMA executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.3.16.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo TJMA quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.3.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.3.17. A garantia será considerada extinta:

I- com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II- com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 4.3.8, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

4.3.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

4.3.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJMA com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.3.20. A CONTRATADA autoriza o TJMA a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

## Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. A vistoria deverá ser previamente agendada junto à Coordenadoria de Administração da CGJ, por meio do e-mail: [coordadm\\_cgj@tjma.jus.br](mailto:coordadm_cgj@tjma.jus.br) ou pelo telefone (98) 2055-2301/ 2302, com o objetivo de organizar o acompanhamento do interessado por servidor designado.

4.6.2. Durante a realização da vistoria, será facultado ao interessado o registro de informações, observações e esclarecimentos necessários à adequada compreensão das condições de execução do objeto, vedada qualquer interferência no funcionamento regular das atividades do órgão.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

*5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. O serviço será executado de forma contínua, durante a vigência contratual, com início a partir da emissão da respectiva ordem de serviço, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

*5.1.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma **parcelada e sob demanda**, conforme as necessidades da Administração, observando-se as seguintes diretrizes:*

*5.1.2.1. os serviços serão solicitados pela Administração mediante comunicação prévia, contendo local, data, horário, tipo de alimentação e quantitativos estimados;*

*5.1.2.2. o fornecimento de alimentação deverá atender às sessões do Tribunal do Júri e aos eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça, podendo ocorrer em dias úteis, finais de*

*semana, feriados, período noturno ou de madrugada, conforme a dinâmica das atividades judiciais;*

*5.1.2.3. a contratada será responsável pela preparação, acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes;*

*5.1.2.4. a execução deverá observar os padrões de qualidade, composição e apresentação definidos neste Termo de Referência;*

*5.1.2.5. a prestação dos serviços não implica dedicação exclusiva de mão de obra, sendo de responsabilidade da contratada a gestão de seus recursos humanos.*

*5.1.3. Não haverá cronograma fixo e pré-determinado de execução, tendo em vista que os serviços serão prestados sob demanda, de acordo com o calendário das sessões do Tribunal do Júri e dos eventos institucionais, mediante prévia solicitação da Administração.*

*5.1.4. A execução dos serviços compreenderá, de forma geral, as seguintes etapas: a) solicitação da demanda pela Administração; b) preparação dos alimentos pela contratada; c) acondicionamento e transporte adequados; d) entrega no local, data e horário indicados; e e) conferência, ateste e registro da execução pela fiscalização do contrato.*

*5.1.5. Os itens 01 (lanche tipo I), 03 (lanche tipo III) e 05 (Almoço tipo II) serão servidos em mesa de apoio, devendo a Contratada providenciar toda estrutura necessária, tais como, talheres (de aço), copos/taças (de vidro), pratos (de louça), guardanapos (folha dupla), garçons e/ou copeiros em quantidade proporcional ao tamanho do evento e a(s) mesa(s) de apoio (com toalhas de tecido).*

*5.1.6. Os itens 02 (lanche tipo II), 04 (Almoço tipo I), 06 (Jantar) serão fornecidos em porções individuais, inclusive a bebida, devidamente acondicionadas (em embalagens que preservem a temperatura, sua qualidade nutricional e data de validade) e acompanhadas do instrumental necessário para a realização da refeição (talheres e copos descartáveis (de acrílico) e guardanapos de papel (folha dupla).*

*5.1.7. O item 04 (almoço tipo I) será fornecido em porção individual, em embalagem de isopor com, no mínimo, quatro compartimentos, devendo a farofa e o molho da salada serem servidos em embalagens próprias e separados. Este item poderá ser apresentado na opção light em que há a troca dos compartimentos entre carboidratos e saladas.*

*5.1.8. O item 05 (almoço tipo II), do grupo 1, poderá também ser servido, quando solicitado e autorizado, na opção jantar.*

*5.1.9. O Lanche tipo I, poderá ser servido na modalidade ceia noturna, em casos excepcionais, especificamente quando a sessão do Tribunal do Júri se estender para a noite.*

*5.1.10. A bebida solicitada nos itens 02, 04 e 06 será entregue em embalagens com no mínimo 200 ml para sucos e 250 ml para refrigerante. Sempre deverão ser fornecidas opções de bebida sem açúcar para todas as solicitações. As marcas de referência para o suco são: Del Valle, Sur Fresh, Dafruta, Camp, Fruthos e outras. Os fabricantes de referência de refrigerante são: Coca Cola, Coca Cola zero, Guaraná Antarctica, Guaraná Antarctica Zero, "Sprit", Fanta Uva, Fanta Laranja, Guaraná Jesus.*

5.1.11. As refeições serão entregues nos dias solicitados pela Contratante, inclusive feriados e fins de semana, devendo as solicitações de fornecimento de alimentação ser encaminhadas com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data prevista para entrega.

5.1.12. As solicitações de fornecimento de alimentação poderão ser canceladas pela Contratante até 12 (doze) horas antes da data prevista para entrega.

5.1.13. O cardápio será definido pela Contratante no momento da apresentação da solicitação de fornecimento de alimentação ao Contratado, respeitadas as opções previstas no item 1.5.1.

5.1.14. A quantidade de alimentação, por item, deverá respeitar as porções usualmente praticadas no mercado assim como quantidades médias de itens por pessoa nos coffee breaks, considerando doces e salgados, por exemplo: “quentinha” com peso médio de 600 (seiscentos) gramas; doces ou frutas com peso mínimo de 40 (quarenta) gramas;

5.1.15. A alimentação deverá possuir qualidade, higiene, acondicionamento e preparo adequados, balanceada de acordo com os padrões nutricionais usualmente recomendados.

5.1.16. As reclamações relativas à qualidade e/ou quantidade dos alimentos fornecidos deverão ser formalmente registradas pela fiscalização do contrato e comunicadas à contratada, que deverá apresentar manifestação ou justificativa no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

5.1.16.1. A reincidência de irregularidades devidamente constatadas pela fiscalização poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no contrato, observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo administrativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.1.17. No ato da entrega da alimentação, a Contratada deverá dar uma declaração ao servidor responsável pela solicitação da alimentação, conforme as especificações descritas na requisição encaminhada, recolhendo uma via devidamente assinada, onde constará nome, matrícula e local de entrega (Comarca e unidade jurisdicional), cujo original será apresentado junto a nota fiscal.

## **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços objeto da presente contratação serão executados sob demanda, nos locais previamente indicados pela Administração, observada a divisão por grupos, conforme segue:

Grupo 1 – Comarcas da Ilha de São Luís e eventos institucionais

5.2.1. O fornecimento de alimentação referente ao **Grupo 1** será realizado nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão localizadas na **Ilha de São Luís**, compreendendo os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, bem como em **eventos institucionais promovidos ou apoiados pela Corregedoria Geral da Justiça**, realizados nesses municípios ou em outros locais por ela previamente indicados.

Grupo 2 - Comarca de Imperatriz

5.2.2. O fornecimento de alimentação referente ao **Grupo 2** será realizado nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão situadas na **Comarca de Imperatriz**.

5.3. Os serviços serão prestados **conforme demanda da Administração**, de acordo com o cronograma das sessões do Tribunal do Júri e dos eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça, **não se restringindo ao horário regular de expediente**, podendo ocorrer **no período**

*diurno, noturno, em finais de semana, feriados e, quando necessário, até a madrugada, mediante prévia solicitação.*

#### **Rotinas a serem cumpridas**

*5.4. A execução contratual observará as seguintes rotinas operacionais:*

*5.4.1. Os serviços serão executados sob demanda, mediante solicitação da Administração, com indicação do local, data, horário, tipo de alimentação e quantitativos estimados.*

*5.4.2. A contratada deverá realizar a entrega dos alimentos nos dias e horários indicados pela Administração, inclusive em finais de semana, feriados, no período noturno ou de madrugada, quando as sessões do Tribunal do Júri ou eventos institucionais assim exigirem.*

*5.4.3. A preparação, o acondicionamento, o transporte e a entrega dos alimentos deverão observar rigorosamente as normas sanitárias vigentes, garantindo qualidade, segurança alimentar e condições adequadas de consumo.*

*5.4.4. Eventuais ocorrências durante a execução deverão ser imediatamente comunicadas à fiscalização do contrato, para fins de registro e adoção das providências cabíveis.*

#### **Materiais a serem disponibilizados**

*5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, sob sua exclusiva responsabilidade, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, insumos e recursos necessários, em quantitativos adequados e com qualidade compatível com o objeto contratado, incluindo, no mínimo:*

*5.5.1. Materiais e insumos alimentícios necessários à preparação das refeições, lanches e coffee breaks, observados os padrões de qualidade e composição estabelecidos neste Termo de Referência e respeitados os padrões sustentáveis.*

*5.5.2. Utensílios, embalagens, recipientes térmicos e demais materiais adequados ao acondicionamento, transporte, distribuição e **consumo** dos alimentos, tais como copos, talheres, guardanapos, toalhas, suportes e itens similares, garantindo a conservação, a higiene, a segurança sanitária e padrões sustentáveis.*

*5.5.3. Equipamentos e meios logísticos necessários à entrega dos alimentos nos locais indicados pela Administração, incluindo transporte apropriado e mão de obra suficiente à execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para o contratante.*

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

*5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

*5.6.1. Execução **sob demanda**, com quantitativos estimados definidos com base no histórico de consumo de exercícios anteriores e na previsão de sessões do Tribunal do Júri e de eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça;*

*5.6.2. Prestação dos serviços **em dias úteis, finais de semana e feriados**, podendo ocorrer no período diurno, noturno ou estender-se até a madrugada, conforme a dinâmica das sessões do Tribunal do Júri.*

5.6.3. Possibilidade de variação nos quantitativos solicitados, conforme a necessidade da Administração, sendo o pagamento efetuado de acordo com os **serviços efetivamente prestados**, observado o regime de empreitada por preço unitário.

5.6.4. Os quantitativos estimados, bem como a descrição dos itens e do cardápio, estão definidos no item 1 deste Termo de Referência, devendo tais parâmetros serem observados pelos licitantes para a elaboração de suas propostas e apresentação dos custos unitários.

5.6.5. Os custos unitários deverão englobar todas as despesas necessárias para execução dos serviços descritos neste caderno de especificações, incluindo gastos com insumos, mão de obra, material descartável, garçons e material de apoio (mesas, copos, talheres, toalhas, etc.), quando necessário, e transporte para as Comarcas situadas na Grande São Luís (São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e São Luís) e Imperatriz.

#### **Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável no que couber, especialmente quanto à qualidade, segurança e adequação dos alimentos fornecidos.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa **durante o período de execução contratual**, com disponibilidade para atendimento às demandas da Administração, podendo o acompanhamento ocorrer de forma **presencial ou remota**, conforme a natureza do serviço e sempre que necessário, para tratar de assuntos relacionados à execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual observará as rotinas administrativas ordinárias previstas na legislação vigente e nos normativos internos do órgão, especialmente quanto ao acompanhamento da execução, conferência dos serviços prestados, ateste das notas fiscais e registro das ocorrências relevantes, quando houver.

### **Gestor do Contrato**

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A liquidação da despesa ocorrerá com base na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, observando-se os termos do contrato e a conformidade dos serviços prestados.

7.1.1. Recebida a nota fiscal, o fiscal do contrato deverá proceder a análise, ateste e certificação da Nota Fiscal no SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal), observados os prazos de recebimento provisório e definitivos neste Termo.

7.1.2. A nota fiscal deverá ser enviada para pagamento até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente à sua emissão, conforme disposto na PORTARIA-TJ 21242023, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais e documentação complementar, quando for o caso.

7.1.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo de até 30 (trinta) contados a partir do recebimento da requisição – pagamento de fornecedor na Coordenadoria de Finanças.

7.1.4. A Nota Fiscal deverá ser expedida em nome da Unidade Orçamentária que constar na nota de empenho.

7.1.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.1.6. A Nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, neste termo, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA, com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

7.1.7. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.2. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, conforme a aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data final prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = TX/365$

$I = 6/100/365$

$I = 0,00016438$

TX = taxa percentual anual = 6% (seis por cento).

### **Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais administrativos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo bem como atestar a Nota Fiscal no Sistema de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado do Maranhão. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as

cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4 .Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5 .Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11 .No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1 .o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 .Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. Nos casos de **eventual atraso no pagamento**, desde que o contratado não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, os valores devidos serão acrescidos de **encargos moratórios**, calculados entre o termo final do prazo previsto para pagamento e a data do efetivo pagamento, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

- **EM** = encargos moratórios;
- **I** = índice de compensação financeira;
- **N** = número de dias corridos entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- **VP** = valor da parcela em atraso.

O índice de compensação financeira (I) será obtido pela seguinte expressão:

$$I = i / 365$$

sendo:

- $i$  = taxa percentual anual de **6% (seis por cento)**.

Assim, o índice de compensação financeira corresponderá a:

$$I = 0,00016438$$

### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica ou operacional que justifique a conjugação de esforços entre empresas, sendo plenamente possível a execução integral por empresas que atuam no ramo, conforme demonstrado nos estudos técnicos preliminares. Ademais, a vedação visa assegurar maior celeridade, eficiência na gestão contratual e simplificação dos procedimentos de fiscalização, sem prejuízo à competitividade do certame.

### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**8.4. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.8 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.10. Sociedade cooperativa:** Não será admitida a participação de cooperativas, em razão da natureza do objeto, que envolve execução contínua e atividades com risco de caracterização de vínculo trabalhista, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

**8.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.13.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**8.14.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

**8.17.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.18.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, conforme o caso, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, conforme o caso, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração expedida pela Fazenda Pública competente do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da legislação aplicável.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. A licitante deverá cumprir os seguintes requisitos: I – apresentação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); e II – comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação ou da proposta apresentada.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

*8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

## **Qualificação Técnica**

**8.27.** A qualificação técnica das licitantes deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**8.27.1.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento das condições estabelecidas no edital e de todas as informações necessárias à formulação da proposta e ao cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação.

**8.27.2.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.

**8.28.** Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão referir-se a contratos executados com, no mínimo, as seguintes características:

**8.28.1.** fornecimento de alimentação pronta (refeições, lanches, coffee break ou serviços similares), destinada ao atendimento institucional, corporativo ou de eventos;

**8.28.2.** execução do serviço sob demanda, com comprovação de quantitativo mínimo correspondente a no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estimados para o grupo/lote a que o licitante estiver concorrendo, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

**8.28.3.** Justifica-se a exigência do percentual mínimo de 50% em razão da natureza continuada e da complexidade operacional do objeto, que envolve fornecimento de alimentação sob demanda, com necessidade de preparo, acondicionamento, logística de transporte e entrega simultânea em diferentes unidades jurisdicionais, inclusive em finais de semana, feriados e horários extraordinários. O percentual adotado mostra-se proporcional e compatível com a dimensão da contratação, sendo suficiente para demonstrar experiência pretérita apta a reduzir riscos de inexecução contratual, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**8.28.4.** comprovação de regularidade na execução contratual, demonstrando capacidade logística, operacional e de cumprimento de prazos.

**8.28.5.** Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão aceitos atestados referentes a contratos concluídos ou em execução, desde que comprovada a execução satisfatória dos serviços.

**8.28.5.1.** Nos casos de contratos em execução, será admitida a comprovação parcial, desde que o quantitativo executado até a data da apresentação seja suficiente para atender às exigências estabelecidas neste edital.

**8.28.5.2.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados em período compatível com o objeto da contratação, podendo ser considerados aqueles executados em qualquer período, desde que demonstrem experiência pertinente e adequada.

**8.29.** Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, o **somatório de atestados**, desde que evidenciada, de forma inequívoca, a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

**8.30.** Para fins de comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, os atestados de capacidade técnica apresentados não poderão ser considerados em duplicidade para atendimento simultâneo de mais de um grupo.

**8.31.** Quando a licitante participar de mais de um grupo, deverá demonstrar capacidade técnico-operacional compatível com o somatório das demandas, com aptidão para a execução simultânea dos serviços, caso seja convocada para os Grupos 01 e 02.

**8.32.** É vedada a utilização de um mesmo atestado para o atendimento isolado das exigências de cada grupo, admitindo-se sua utilização apenas quando o(s) documento(s) comprovar(em), de forma expressa, quantitativo suficiente para atender ao somatório das obrigações contratuais, sem possibilidade de contagem em duplicidade.

**8.33.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de atestados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.34.** O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que lhes deu suporte, endereço da contratante e local de execução do objeto, dentre outros documentos pertinentes.

**8.35.** Declaração de que, na execução do objeto, a contratada fornecerá todos os materiais, insumos, equipamentos e recursos humanos necessários ao pleno cumprimento das obrigações contratuais.

**8.36.** Declaração de que dispõe de estrutura administrativa, operacional e logística compatível com a execução dos serviços, apta a assegurar o atendimento adequado às demandas da Administração.

**8.37.** Comprovação de que a empresa possui nutricionista legalmente habilitado, responsável técnico pelos serviços de alimentação, mediante apresentação de:

**8.37.1.** contrato de trabalho; ou

**8.37.2.** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou

**8.37.3.** contrato de prestação de serviços; e

**8.37.4.** comprovante de registro ativo no Conselho Regional de Nutrição – CRN.

**8.38.** Declaração de que a elaboração dos cardápios, bem como o preparo, o controle de qualidade e a segurança alimentar dos produtos fornecidos, estarão sob a responsabilidade do nutricionista indicado.

**8.39.** Prova de atendimento aos requisitos sanitários aplicáveis à atividade, mediante apresentação de licença ou alvará sanitário vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES

### 9.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1. Prestar o serviço de acordo com as especificações mencionadas acima, observando a proposta apresentada e em consonância com os preços discriminados;

9.1.2. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

9.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometida na execução do contrato;

9.1.5. Nos termos da lei, acatar as mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

9.1.6. Arcar com os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários, bem como vantagens (vale-transporte, vale-alimentação etc.) decorrentes da relação de emprego.

9.1.7. Apresentar ao TJ/MA o nome do Banco, agência e o número da conta bancária para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

9.1.8. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou propostos ao CONTRATANTE ou a terceiros;

9.1.9. Possuir estrutura física localizada no município de **São Luís/MA**, para atendimento das demandas do **Grupo 1**, e no município de **Imperatriz/MA**, para atendimento das demandas do **Grupo 2**, de modo a assegurar o atendimento tempestivo das solicitações da Administração.

9.1.9.1. Na hipótese de a mesma licitante sagrar-se vencedora de ambos os grupos, deverá comprovar a existência de **estrutura física apta ao atendimento em ambas as localidades**, não sendo admitida a utilização de uma única unidade para atendimento simultâneo dos dois grupos, quando tal circunstância comprometer a adequada execução do objeto.

9.1.10. Zelar pela perfeita execução dos serviços, devendo a CONTRATADA, após emissão da ordem de serviço, realizar vistoria nos locais indicados para execução dos serviços, averiguando as condições e as instalações existentes, de forma a permitir a perfeita execução dos serviços;

9.1.11. Comunicar, por escrito, ao fiscal do contrato, quando verificar condições inadequadas para a prestação do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

9.1.12. Manter pessoal especializado para a execução dos serviços, sendo vedada a transferência a outrem, por qualquer forma, da responsabilidade pela realização da execução dos serviços;

9.1.13. A CONTRATADA deverá manter empregados, em serviço, devidamente uniformizados e com crachá de identificação, com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal;

9.1.14. Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salário, seguros de acidentes, taxas diversas, impostos, contribuições, indenizações, vale-refeição, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

9.1.15. Nos preços cobrados deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes e outras obrigações necessárias à perfeita execução do objeto contratual;

9.1.16. A CONTRATADA deverá providenciar a instalação de todos os itens constantes do contrato, com o fornecimento de todos os materiais necessários a perfeita execução dos serviços;

9.1.17. A CONTRATADA se responsabilizará pela recomposição e/ou correção de quaisquer defeitos ou prejuízos que venham a causar ao TJ/MA;

9.1.18. Assegurar ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar;

9.1.19. A contratada deverá apresentar até a data da assinatura do contrato:

9.1.19.1. Atestado Sanitário emitido pela Secretaria Municipal de Saúde de São Luís – MA ( para o grupo 1) e Imperatriz (para o grupo 2);

9.1.19.2. Alvará de Funcionamento da licitante expedido pela Prefeitura Municipal de São Luís MA (para o grupo 1) e Imperatriz (para o grupo 2);

9.1.19.3. A vistoria em instalações e equipamentos da empresa será feita por Comissão formada por servidores da Corregedoria Geral da Justiça a ser oportunamente informada;

9.1.19.4. Atestado sanitário emitido por **órgão de vigilância sanitária competente (estadual ou municipal)**, que comprove que a licitante possui veículo em condições sanitárias adequadas para o transporte seguro e higiênico de alimentos, em conformidade com a legislação sanitária aplicável.

#### Do tratamento e da proteção de dados pessoais

9.1.20. A CONTRATADA obriga-se a atuar no Contrato a ser firmado, em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assim como as determinações do Conselho Nacional de Justiça e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Política de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução GP nº 13, de 23 de março de 2021) e Portaria GP-224/2024 TJMA.

#### Da Lei Anticorrupção

9.1.21. A CONTRATADA declarará conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal nº 12.846/13 e seus regulamentos, e se compromete, por si, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores

preconizados no Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão ( RES GP 59/2021).

## **9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.2.1. Convocar a CONTRATADA, via e-mail ou telefone, para sanar possíveis irregularidades na execução do presente contrato;

9.2.2. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões e documentos quando necessário;

9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no contrato;

9.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

9.2.5. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na prestação dos serviços;

9.2.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2.7. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, depois de constatado o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

9.2.8. Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da empresa CONTRATADA, até a completa regularização;

9.2.9. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, especialmente os aspectos quantitativos e qualitativos;

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. Conforme os custos unitários apostos no item 1.1, os custos estimados da contratação são:

**Grupo 1 - R\$ 3.388.900,00 (três milhões, trezentos e oitenta e oito mil e novecentos reais) e**

**Grupo 2 - R\$ 183.910,42 (cento e oitenta e três mil, novecentos e dez reais e quarenta e dois centavos).**

10.2. A estimativa preliminar do preço da contratação foi elaborada com base nos valores praticados no **Contrato nº 0054/2021 – TJMA**, atualmente vigente, considerando o **4º Termo Aditivo**, que promoveu a prorrogação da vigência até 24/05/2026 e o reajuste dos preços pelo índice IPCA acumulado de 4,56%.

*10.3. A estimativa de custo considerou os riscos ordinários inerentes à execução do objeto, os quais são plenamente previsíveis e passíveis de tratamento por meio das cláusulas contratuais, não se mostrando necessária a elaboração de matriz de riscos específica para a presente contratação.*

10.4. *Tratando-se de licitação para o Sistema de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser **revistos**, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na legislação vigente, especialmente quando:*

10.4.1. *ocorrerem fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente os custos inicialmente registrados, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;*

10.4.2. *houver criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.4.3. *for constatada redução dos preços praticados no mercado, hipótese em que os valores registrados poderão ser reduzidos, visando à manutenção da vantajosidade da contratação;*

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte:

Unidade Orçamentária

Função

Subfunção

Programa

Projeto Atividade

Natureza da Despesa

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a CONTRATADA:

12.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a licitante ou contratada que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

II - dar causa à inexecução total do contrato.

III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo Justificado.

12.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da

proporcionalidade e da razoabilidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes:

- I - aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o TJMA, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;
- II - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- III - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- IV - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.4. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida da análise jurídica prevista no § 6º do art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e deverá seguir os trâmites descritos no art. 6º da Resolução GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

12.5. A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, será aplicada nos seguintes percentuais:

- I - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- II - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- III - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- IV - após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

12.6. O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.7. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

12.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato e na Resolução GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

12.9. Caso a contratada entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue.

12.10. Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos pagamentos devidos pela Administração;

II - recolhido à conta bancária informada à contratada pelo TJMA, mediante apresentação do respectivo comprovante;

III - descontado do valor da garantia prestada.

12.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, conforme disposto no art. 21, §1º e 2º, da Resolução GP nº 83, de 13 de agosto de 2024 e havendo garantia prestada na forma do art. 96 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder com o pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública.

12.12. A multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJMA rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.13. Caso o atraso na execução do objeto alcance 45 (quarenta e cinco) dias corridos, unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, devendo instruir os autos para análise e deliberação da Presidência do TJMA.

12.14. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, nos termos definidos no edital ou no contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

12.15. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de até 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato, nos termos definidos no edital ou no contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

12.16. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas, situação que não se confunde com a descrita no § 4º do art. 20 da Resolução GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

12.17. O TJMA exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

12.18. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

12.19. A penalidade de multa compensatória poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156 Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 3º da Resolução GP nº 83, de 13 de agosto de 2024, observadas as ressalvas do Art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e §§3º e 4º do art. 20, da Resolução GP no. 83, de 13 de agosto de 2024.

12.20. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas na Lei 14.133, d e 1º de abril de 2021 e Resolução GP nº 83, de 13 de agosto de 2024, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **13. DO REAJUSTE DE PREÇO**

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

13.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o item definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido seja extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser adotado, será utilizado o que vier a lhe substituir, de acordo com a legislação em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

### **14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. A extinção do contrato firmado se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

14.3. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

São Luís, 18 de maio de 2026

## **ANEXO – III**

### **MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**PROCESSO Nº xxxx/202x**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxxx/202x-SRP**

**VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses**

O **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.288.790/0001-76, com sede na Av. Pedro II, s/nº, Palácio “Clovis Beviláqua”, Centro, São Luís-MA, doravante denominado **TJMA**, neste ato representado pela Diretora-Geral, **xxxxxxx**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, **RESOLVE** registrar o (s) preço (s) da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) estimada (s), atendendo às condições previstas no edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 38.136/2023 de 06 de março de 2023, no Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31 de março de 2023 (no que couber), e em conformidade com as disposições a seguir:

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para Fornecimento de alimentação destinada ao funcionamento dos Tribunais do Júri realizados na Ilha de São Luís e na Comarca de Imperatriz, bem como ao atendimento de eventuais necessidades da Corregedoria Geral da Justiça, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujo (s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s), independentemente de transcrição.

#### **2. DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

#### **3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

<b>Empresa:</b>	<b>CNPJ:</b>	<b>Insc. Estadual:</b>
<b>Endereço:</b>		
<b>Telefone:</b>		<b>E-mail:</b>
<b>Representante legal:</b>	<b>CPF:</b>	<b>RG:</b>

Grupo 1 - Comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, além dos eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça.

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Lanche Tipo I	Por pessoa	5.000		
2	Lanche Tipo II	Por pessoa	50.000		
3	Lanche Tipo III (coffee break)	Por pessoa	5.000		
4	Almoço Tipo I	Por pessoa	30.000		
5	Almoço Tipo II	Por pessoa	3.000		
6	Jantar	Por pessoa	3.000		
Total					

Grupo 2 - Comarca de Imperatriz

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
7	Lanche Tipo II	Por pessoa	1.394		
8	Almoço Tipo I	Por pessoa	1.394		
9	Jantar	Por pessoa	1.394		
Total					

#### 4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, identificado no preâmbulo.

#### 5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência desta Ata, órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, que não tenham participado do procedimento licitatório, poderão

aderir à Ata, na condição de órgãos não participantes, observadas as regras, limites e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico, no Decreto Federal nº 11.462/2023 (no que couber), no Decreto Estadual nº 38.136/2023, bem como na legislação e regulamentação supervenientes que venham a disciplinar ou alterar o Sistema de Registro de Preços, e demais normas aplicáveis.

## **6. DO REAJUSTE DE PREÇO**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado em 07/04/2026, DESPACHO-CMEP - 652026.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, observada mediante a aplicação do índice IPCA, após a ocorrência da anualidade.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o TJMA pagará a empresa a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual nº 38.136/2023, especialmente quando:

I – descumprir as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;

II – recusar-se, sem justificativa aceitável, a assinar o contrato, a retirar a nota de empenho ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

III – não aceitar reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior aos valores praticados no mercado; ou

IV – sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, após a instauração do procedimento administrativo correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado, nas seguintes hipóteses:

I – por razão de interesse público, devidamente motivada; ou

II – a pedido do fornecedor, mediante requerimento formal ao órgão gerenciador, desde que comprovada a impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas.

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o fornecedor às sanções previstas no Edital do Pregão Eletrônico e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. A listagem do cadastro de reserva constará como anexo a esta Ata.

**OU**

9.1. Não foi constituído cadastro de reserva para o presente registro de preços, tendo em vista que, embora existam licitantes remanescentes, não houve manifestação de interesse em integrar o cadastro de reserva, nas mesmas condições e preços registrados, conforme previsto no edital.

9.2. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente.

9.3. A gestão da Ata compete à Coordenadoria de Administração da Corregedoria Geral de Justiça do TJMA – e-mail: coordadm\_cgj@tjma.jus.br.

9.4. A Ata será publicada no PNCP, nos termos do art. 174, §2º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

9.5. Os dados pessoais tratados observarão os princípios da Lei nº 13.709/2018 – LGPD.

9.6. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é assinada eletronicamente pelo [setor responsável], [xxxxxxxxxxxxxx], pela Diretora-Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, [xxxxxxxxxxxxxx] e pelo representante legal abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

**ANEXO – IV**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE XXXX nº XX/202X**

**CONTRATO DE XXX QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO MARANHÃO E A  
EMPRESA X**

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, situado à Av. Pedro II, s/nº, Centro, Palácio “Clóvis Beviláqua”, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 05.288.790/0001-76, representado pelo seu Presidente o **Desembargador xxxx**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº xxx, portador da Carteira de Identidade nº xxx, doravante denominado CONTRATANTE, de outro e a **EMPRESA xxxxxx** CNPJ Nº xxxxxx, sediada à Rua xxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxx, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº xxxx/202x, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº xx/202X e em observância ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicadas à matéria, têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1. Fornecimento de alimentação destinada ao funcionamento dos Tribunais do Júri realizados na Ilha de São Luís e na Comarca de Imperatriz, bem como ao atendimento de eventuais necessidades da Corregedoria Geral da Justiça, conforme especificação e quantidades constantes no Termo de Referência, anexo do edital PE SRP xx/202x e proposta de preço apresentada.

Grupo 1 - Comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, além dos eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça.

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Lanche Tipo I	Por pessoa			
2	Lanche Tipo II	Por pessoa			
3	Lanche Tipo III (coffee break)	Por pessoa			

4	Almoço Tipo I	Por pessoa			
5	Almoço Tipo II	Por pessoa			
6	Jantar	Por pessoa			
<b>Total</b>					

1.1.1. Especificações (Grupo 01) - o fornecimento da alimentação obedecerá ao seguinte cardápio:

Item	Tipo	Composição
1	Lanche Tipo I	Chá com biscoitos ou Bolo (chocolate, tapioca, mesclado, milho, trigo, macaxeira, inglês, formigueiro, etc) com Chocolate Quente, ou Pães de Queijo com Chocolate ou Torradas (natural e integral) com geleia e café com leite.
2	Lanche Tipo II	Variedade de sanduíche (sanduíche natural, sanduíche de rosbife, cachorro quente, misto quente, empadão de frango, quiche, torta salgada, croissant, etc) acompanhada de suco ou refrigerante ou ainda chocolate quente ou leite quente.
3	Lanche Tipo III (coffee break)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tortas salgadas (palmito/ frango/carne seca/ carne moída/legumes e etc);</li> <li>• Pão de queijo/ bolinhos de tapioca;</li> <li>• 4 (quatro) tipos de salgados assados (pastel de carne/queijo/frango, esfirra, quibe, empada, coxinha e outros);</li> <li>• Mini sanduíches com recheios variados doces ou salgados;</li> <li>• 2 (dois) tipos de bolo (trigo, macaxeira, milho, tapioca, inglês, chocolate, mesclado e outros) ou bolo confeitado;</li> <li>• Salada de frutas (acompanhada de leite condensado e creme de leite);</li> <li>• Chocolate quente, refrigerante e suco;</li> <li>• 2 (dois) tipos de suco (goiaba, laranja, bacuri, cupuaçu, abacaxi, maracujá, acerola, cajú e outros)</li> </ul> Caldos diversos (de ovos, carne, verde, etc.
4	Almoço Tipo I	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 (um) tipo de salada: 06 variações a escolher entre folhas verdes, verduras e legumes crus ou cozidos;</li> <li>• Arroz (branco/com cenoura/ à grega/ baião de dois/ brasileirinho/ com brócolis/ de banana com carne moída/abóbora e outros) ou Risotos(frango/carne);</li> <li>• Feijão com ou sem legumes (preto, carioca, tropeiro, branco);</li> <li>• Massa /Purê de batatas / Batata palha/ Sufilê;</li> <li>• Farofa (amanteigada/ cuscuz/ banana/bacon);</li> <li>• 1 (um) prato principal: proteína vermelha (bovina escolhida preferencialmente alcatra, fraldinha) ou proteína branca</li> </ul>

		(frango, filé de peixe) ou panquecas ou lasanhas; • Refrigerante ou suco.
5	Almoço Tipo II	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 (dois) tipos de salada;</li> <li>• 3 (três) tipos de complemento a escolher entre arroz, suflê, farofa, torta, etc;</li> <li>• 1 (um) tipo de massa;</li> <li>• 2 (dois) pratos principais (a escolher entre proteína vermelha, branca)</li> <li>• Refrigerante e suco</li> <li>• Sobremesa</li> </ul>
6	Jantar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 (um) tipo de salada (tropical, legumes cozidos, legumes salteados, etc;)</li> <li>• 1 (um) tipo de massa (lasanha, panqueca, macarronada, penne; espaguete; etc;)</li> <li>• Refrigerante ou suco</li> </ul>

**Grupo 2 - Comarca de Imperatriz**

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
7	Lanche Tipo II	Por pessoa	1.394		
8	Almoço Tipo I	Por pessoa	1.394		
9	Jantar	Por pessoa	1.394		
<b>Total</b>					

1.1.2. Especificações (Grupo 02) - o fornecimento da alimentação obedecerá ao seguinte cardápio:

Item	Tipo	Composição
7	Lanche Tipo II	Variedade de sanduíche (sanduíche natural, sanduíche de rosbife, cachorro quente, misto quente, empadão de frango, quiche, torta salgada, croissant, etc) acompanhada de suco ou refrigerante ou ainda chocolate quente ou leite quente.
8	Almoço Tipo I	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 (um) tipo de salada: 06 variações a escolher entre folhas verdes, verduras e legumes crus ou cozidos;</li> <li>• Arroz (branco/com cenoura/ à grega/ baião de dois/ brasileiro/ com brócolis/ de banana com carne moída/abóbora e outros) ou Risotos(frango/carne);</li> <li>• Feijão com ou sem legumes (preto, carioca, tropeiro, branco);</li> <li>• Massa /Purê de batatas / Batata palha/ Suflê;</li> <li>• Farofa (amanteigada/ cuscuz/ banana/bacon);</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"><li>• 1 (um) prato principal: proteína vermelha (bovina escolhida preferencialmente alcatra, fraldinha) ou proteína branca (frango, filé de peixe) ou panquecas ou lasanhas;</li><li>• Refrigerante ou suco.</li></ul>
9	Jantar	<ul style="list-style-type: none"><li>• 1 (um) tipo de salada (tropical, legumes cozidos, legumes salteados, etc;)</li><li>• 1 (um) tipo de massa (lasanha, panqueca, macarronada, penne; espaguete; etc;)</li><li>• Refrigerante ou suco</li></ul>

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado em conformidade com o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O regime de execução será por empreitada por preço unitário.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

4.1. O valor total para o objeto deste Contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxx, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto fornecido, conforme Nota de Empenho nº xxxxxxxxxxxx.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte:

Unidade Orçamentária	04102 - Corregedoria Geral da Justiça
Função	02 - Judiciaria
Subfunção	061 - Ação Judiciária
Programa	0543 - Prestação Jurisdicional
Projeto Atividade	
Natureza de Despesa	339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

5.2. A Nota fiscal deverá ser emitida em nome do xxxx, CNPJ: xxxxx, conforme Nota de Empenho.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO**

### **6.1. Local e horário da prestação dos serviços**

6.1.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados sob demanda, nos locais previamente indicados pela Administração, observada a divisão por grupos, conforme segue:

6.1.1.1. Grupo 1 – Comarcas da Ilha de São Luís e eventos institucionais - o fornecimento de alimentação referente ao Grupo 1 será realizado nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão localizadas na Ilha de São Luís, compreendendo os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, bem como em eventos institucionais promovidos ou apoiados pela Corregedoria Geral da Justiça, realizados nesses municípios ou em outros locais por ela previamente indicados.

6.1.1.2. Grupo 2 - Comarca de Imperatriz - o fornecimento de alimentação referente ao grupo 2 será realizado nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão situadas na Comarca de Imperatriz.

6.1.2. Os serviços serão prestados conforme demanda da Administração, de acordo com o cronograma das sessões do Tribunal do Júri e dos eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça, não se restringindo ao horário regular de expediente, podendo ocorrer no período diurno, noturno, em finais de semana, feriados e, quando necessário, até a madrugada, mediante prévia solicitação.

### **6.2. Rotinas a serem cumpridas**

6.2.1. A execução contratual observará as seguintes rotinas operacionais:

6.2.1.1. Os serviços serão executados sob demanda, mediante solicitação da Administração, com indicação do local, data, horário, tipo de alimentação e quantitativos estimados.

6.2.1.2. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos alimentos nos dias e horários indicados pela Administração, inclusive em finais de semana, feriados, no período noturno ou de madrugada, quando as sessões do Tribunal do Júri ou eventos institucionais assim exigirem.

6.2.1.3. A preparação, o acondicionamento, o transporte e a entrega dos alimentos deverão observar rigorosamente as normas sanitárias vigentes, garantindo qualidade, segurança alimentar e condições adequadas de consumo.

6.2.1.4. Eventuais ocorrências durante a execução deverão ser imediatamente comunicadas à fiscalização do contrato, para fins de registro e adoção das providências cabíveis.

### **6.3. Materiais a serem disponibilizados**

6.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sob sua exclusiva responsabilidade, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, insumos e recursos necessários, em quantitativos adequados e com qualidade compatível com o objeto contratado, incluindo, no mínimo:

6.3.2. Materiais e insumos alimentícios necessários à preparação das refeições, lanches e coffee breaks, observados os padrões de qualidade e composição estabelecidos no Termo de Referência e respeitados os padrões sustentáveis.

6.3.3. Utensílios, embalagens, recipientes térmicos e demais materiais adequados ao acondicionamento, transporte, distribuição e consumo dos alimentos, tais como copos, talheres, guardanapos, toalhas, suportes e itens similares, garantindo a conservação, a higiene, a segurança sanitária e padrões sustentáveis.

6.3.4. Equipamentos e meios logísticos necessários à entrega dos alimentos nos locais indicados pela Administração, incluindo transporte apropriado e mão de obra suficiente à execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para o contratante.

### **6.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

6.4.1. O serviço será executado de forma contínua, durante a vigência contratual, com início a partir da emissão da respectiva ordem de serviço, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.4.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, observando-se as seguintes diretrizes:

6.4.2.1. os serviços serão solicitados pela Administração mediante comunicação prévia, contendo local, data, horário, tipo de alimentação e quantitativos estimados;

6.4.2.2. o fornecimento de alimentação deverá atender às sessões do Tribunal do Júri e aos eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça, podendo ocorrer em dias úteis, finais de semana, feriados, período noturno ou de madrugada, conforme a dinâmica das atividades judiciais;

6.4.2.3. a CONTRATADA será responsável pela preparação, acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes;

6.4.2.4. a execução deverá observar os padrões de qualidade, composição e apresentação definidos no termo de referência;

6.4.2.5. a prestação dos serviços não implica dedicação exclusiva de mão de obra, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a gestão de seus recursos humanos.

6.4.3. Não haverá cronograma fixo e pré-determinado de execução, tendo em vista que os serviços serão prestados sob demanda, de acordo com o calendário das sessões do Tribunal do Júri e dos eventos institucionais, mediante prévia solicitação da Administração.

6.4.4. A execução dos serviços compreenderá, de forma geral, as seguintes etapas:

- a) solicitação da demanda pela Administração;
- b) preparação dos alimentos pela contratada;
- c) acondicionamento e transporte adequados;
- d) entrega no local, data e horário indicados; e
- e) conferência, ateste e registro da execução pela fiscalização do contrato.

6.4.5. Os itens 01 (lanche tipo I), 03 (lanche tipo III) e 05 (Almoço tipo II) serão servidos em mesa de apoio, devendo a CONTRATADA providenciar toda estrutura necessária, tais como, talheres (de aço), copos/taças (de vidro), pratos (de louça), guardanapos (folha dupla), garçons e/ou copeiros em quantidade proporcional ao tamanho do evento e a(s) mesa(s) de apoio (com toalhas de tecido).

6.4.6. Os itens: lanche tipo II, Almoço tipo I e Jantar serão fornecidos em porções individuais, inclusive a bebida, devidamente acondicionadas (em embalagens que preservem a temperatura, sua qualidade nutricional e data de validade) e acompanhadas

do instrumental necessário para a realização da refeição (talheres e copos descartáveis (de acrílico) e guardanapos de papel (folha dupla).

6.4.7. O item almoço tipo I será fornecido em porção individual, em embalagem de isopor com, no mínimo, quatro compartimentos, devendo a farofa e o molho da salada serem servidos em embalagens próprias e separados. Este item poderá ser apresentado na opção light em que há a troca dos compartimentos entre carboidratos e saladas.

6.4.8. O item 05 (almoço tipo II), do grupo 1, poderá também ser servido, quando solicitado e autorizado, na opção jantar.

6.4.9. O Lanche tipo I, poderá ser servido na modalidade ceia noturna, em casos excepcionais, especificamente quando a sessão do Tribunal do Júri se estender para a noite.

6.4.10. A bebida solicitada nos itens Lanche Tipo II, Almoco Tipo I e Jantar será entregue em embalagens com no mínimo 200 ml para sucos e 250 ml para refrigerante. Sempre deverão ser fornecidas opções de bebida sem açúcar para todas as solicitações. As marcas de referência para o suco são: Del Valle, Sur Fresh, Dafruta, Camp, Fruthos e outras. Os fabricantes de referência de refrigerante são: Coca Cola, Coca Cola zero, Guaraná Antarctica, Guaraná Antarctica Zero, "Sprit", Fanta Uva, Fanta Laranja, Guaraná Jesus.

6.4.11. As refeições serão entregues nos dias solicitados pelo CONTRATANTE, inclusive feriados e fins de semana, devendo as solicitações de fornecimento de alimentação ser encaminhadas com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data prevista para entrega.

6.4.12. As solicitações de fornecimento de alimentação poderão ser canceladas pelo CONTRATANTE até 12 (doze) horas antes da data prevista para entrega.

6.4.13. O cardápio será definido pelo CONTRATANTE no momento da apresentação da solicitação de fornecimento de alimentação à CONTRATADA, respeitadas as opções previstas nos itens 1.1.1. e 1.1.2.

6.4.14. A quantidade de alimentação, por item, deverá respeitar as porções usualmente praticadas no mercado assim como quantidades médias de itens por pessoa nos coffee breaks, considerando doces e salgados, por exemplo: "quentinha" com peso médio de 600 (seiscentos) gramas; doces ou frutas com peso mínimo de 40 (quarenta) gramas;

6.4.15. A alimentação deverá possuir qualidade, higiene, acondicionamento e preparo adequados, balanceada de acordo com os padrões nutricionais usualmente recomendados.

6.4.16. As reclamações relativas à qualidade e/ou quantidade dos alimentos fornecidos deverão ser formalmente registradas pela fiscalização do contrato e comunicadas à CONTRATADA, que deverá apresentar manifestação ou justificativa no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

6.4.16.1. A reincidência de irregularidades devidamente constatadas pela fiscalização poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e no contrato, observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo administrativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.4.17. No ato da entrega da alimentação, a CONTRATADA deverá dar uma declaração ao servidor responsável pela solicitação da alimentação, conforme as especificações descritas na requisição encaminhada, recolhendo uma via devidamente assinada, onde constará nome, matrícula e local de entrega (Comarca e unidade jurisdicional), cujo original será apresentado junto a nota fiscal.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO**

7.1 O objeto do contrato será recebido:

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais administrativos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.1.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo bem como atestar a Nota Fiscal no Sistema de Gestão

Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado do Maranhão. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.1.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.1.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.1.8. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.1.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.1.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.1.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.1.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

8.1. A liquidação da despesa ocorrerá com base na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, observando-se os termos do contrato, a conformidade dos serviços prestados.

8.2. Recebida a nota fiscal, o fiscal do contrato deverá proceder a análise, ateste e certificação da Nota Fiscal no SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal), observados os prazos do recebimento provisório e definitivo definidos e neste contrato.

8.3. A nota fiscal deverá ser enviada para pagamento até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente à sua emissão, conforme disposto na PORTARIA-TJ – 21242023, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais e documentação complementar, quando for o caso.

8.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.3.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

8.3.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) contados a partir do recebimento da requisição – pagamento de fornecedor na Coordenadoria de Finanças.

8.5. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifique defeito ou imperfeições.

8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.7. A Nota Fiscal deverá ser expedida em nome da Unidade Orçamentária que constar na nota de empenho.

8.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9. A Nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, neste contrato, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA, com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

8.10. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJMA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

$I = i/365I = 0,06/365I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

## CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado em 07/04/2026, conforme DESPACHO-CMEP – 652026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido seja extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser adotado, será utilizado o que vier a lhe substituir, de acordo com a legislação em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DEZ – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

10.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, assegurando-se a justa relação entre encargos e retribuição, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O reequilíbrio poderá ser requerido pela CONTRATADA ou promovido de ofício pela Administração, mediante comprovação da ocorrência de fatos que alterem a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

10.3. O pedido de reequilíbrio deverá ser instruído com documentação idônea, incluindo planilhas comparativas e documentos comprobatórios (notas fiscais, listas de preços, contratos ou equivalentes), que demonstrem objetivamente os impactos financeiros sobre o valor contratado.

10.4. O valor do contrato poderá ser alterado, com fundamento no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021, para restabelecer a equação econômico-financeira inicial, nas hipóteses de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, configurando álea extraordinária e extracontratual.

10.5. A análise do pedido restringir-se-á à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores do desequilíbrio, não abrangendo eventual recomposição da margem de lucro esperada, devendo a Administração emitir parecer técnico e jurídico fundamentado.

## **CLÁUSULA ONZE – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

11.1. Caberá a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia de execução, correspondendo a **5% do valor do contrato** do valor anual do contrato:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) seguro-garantia;

c) fiança-bancária

c.1) A fiança-bancária deverá ser emitida por instituição financeira cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil (Resolução BC 4.122, de 2/08/2012).

11.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do subitem 11.2, observada a legislação que rege a matéria.

11.4. O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

11.4.1. caso fortuito ou força maior;

11.4.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

11.4.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

11.4.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

11.5. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias, contado do primeiro dia útil após a divulgação do contrato no PNCP.

11.6. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

11.7. A inobservância dos prazos fixados nos subitens 11.5 e 11.6 para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.8. Nas modalidades de seguro-garantia ou fiança bancária, a garantia contratual deverá englobar a vigência do contrato mais 90 (noventa) dias, após o seu término.

11.9. Na modalidade de caução em dinheiro, o valor será atualizado monetariamente, de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição financeira em que for realizado o depósito. A liberação da quantia depositada ou do saldo remanescente ocorrerá 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

11.10. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.11. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.12. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 11.13.

11.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.14. Nos casos de prorrogação de vigência do prazo contratual, do prazo de execução, ou de aumento do valor do contrato, exigir-se-á da CONTRATADA, no momento da assinatura do Termo Aditivo correspondente, o endosso da garantia de que trata este item, que deverá ser apresentada no prazo de até 1 (um) mês, contado do primeiro dia útil após a divulgação do Termo Aditivo no PNCP.

11.14.1. Caso o endosso não seja apresentado no prazo de até 1 (um) mês, contado do primeiro dia útil após a divulgação no PNCP, será considerado atraso na entrega, mesmo que a apólice tenha sido emitida dentro do prazo exigido no contrato.

11.14.2. A inobservância do prazo para a entrega do endosso poderá acarretar aplicação de multa, nos termos do subitem 11.7.

11.15. No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento ao TJMA dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se ainda, a CONTRATADA a outras penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

11.16. O TJMA executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.16.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo TJMA quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.17. A garantia será considerada extinta:

I- com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II- com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 11.8, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

11.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJMA com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.20. A CONTRATADA autoriza o TJMA a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

## **CLÁUSULA DOZE – OBRIGAÇÕES COMUNS ENTRE AS PARTES**

12.1. As partes se comprometem a conduzir suas atividades de maneira ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

12.2. As partes se obrigam a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus colaboradores (entendidos como afiliadas, acionistas, administradores, diretores, empregados, servidores, agentes ou eventuais subcontratados), as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como das demais normas que versem sobre atos de corrupção e ilícitos contra a Administração Pública.

12.3. As partes se comprometem a:

- a) abster-se de praticar quaisquer atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira;
- b) adotar políticas e procedimentos internos destinados a assegurar o integral cumprimento das normas de anticorrupção;
- c) dar ciência dessas normas aos profissionais que venham a atuar no âmbito deste contrato;
- d) comunicar imediatamente à outra parte a ocorrência ou suspeita de atos em desconformidade com tais normas, facultando à parte comunicada a adoção das providências cabíveis.

12.4. A CONTRATADA declara que, até a presente data, não é parte, nem tem

conhecimento de que seus colaboradores sejam parte, em investigações, processos administrativos ou judiciais que tenham por objeto o descumprimento das normas de anticorrupção.

### **CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1. Convocar a CONTRATADA, via e-mail ou telefone, para sanar possíveis irregularidades na execução do presente contrato;

13.2. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões e documentos quando necessário;

13.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no contrato;

13.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

13.5. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na prestação dos serviços;

13.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.7. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, depois de constatado o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

13.8. Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da empresa CONTRATADA, até a completa regularização;

13.9. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, especialmente os aspectos quantitativos e qualitativos;

### **CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Prestar o serviço de acordo com as especificações contratuais, observando a proposta apresentada e em consonância com os preços discriminados;

- 14.2. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 14.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- 14.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometida na execução do contrato;
- 14.5. Nos termos da lei, acatar as mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;
- 14.6. Arcar com os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários, bem como vantagens (vale-transporte, vale-alimentação etc.) decorrentes da relação de emprego.
- 14.7. Apresentar ao TJ/MA o nome do Banco, agência e o número da conta bancária para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- 14.8. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou propostos ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- 14.9. Possuir estrutura física localizada no município de São Luís/MA, para atendimento das demandas do Grupo 1, e no município de Imperatriz/MA, para atendimento das demandas do Grupo 2, de modo a assegurar o atendimento tempestivo das solicitações da Administração.
- 14.9.1. Na hipótese de a mesma licitante sagrar-se vencedora de ambos os grupos, deverá comprovar a existência de estrutura física apta ao atendimento em ambas as localidades, não sendo admitida a utilização de uma única unidade para atendimento simultâneo dos dois grupos, quando tal circunstância comprometer a adequada execução do objeto.
- 14.10. Zelar pela perfeita execução dos serviços, devendo a CONTRATADA, após emissão da ordem de serviço, realizar vistoria nos locais indicados para execução dos serviços, averiguando as condições e as instalações existentes, de forma a permitir a perfeita execução dos serviços;
- 14.11. Comunicar, por escrito, ao fiscal do contrato, quando verificar condições inadequadas para a prestação do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

14.12. Manter pessoal especializado para a execução dos serviços, sendo vedada a transferência a outrem, por qualquer forma, da responsabilidade pela realização da execução dos serviços;

14.13. A CONTRATADA deverá manter empregados, em serviço, devidamente uniformizados e com crachá de identificação, com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal;

14.14. Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salário, seguros de acidentes, taxas diversas, impostos, contribuições, indenizações, vale-refeição, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

14.15. Nos preços cobrados deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes e outras obrigações necessárias à perfeita execução do objeto contratual;

14.16. A CONTRATADA deverá providenciar a instalação de todos os itens constantes do contrato, com o fornecimento de todos os materiais necessários a perfeita execução dos serviços;

14.17. A CONTRATADA se responsabilizará pela recomposição e/ou correção de quaisquer defeitos ou prejuízos que venham a causar ao TJ/MA;

14.18. Assegurar ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar;

14.19. A CONTRATADA deverá apresentar até a data da assinatura do contrato:

14.19.1. Atestado Sanitário emitido pela Secretaria Municipal de Saúde de São Luís – MA (para o grupo 1) e Imperatriz (para o grupo 2);

14.19.2. Alvará de Funcionamento da empresa expedido pela Prefeitura Municipal de São Luís MA (para o grupo 1) e Imperatriz (para o grupo 2);

14.19.3. A vistoria em instalações e equipamentos da empresa será feita por Comissão formada por servidores da Corregedoria Geral da Justiça a ser oportunamente informada;

14.19.4. Atestado sanitário emitido por órgão de vigilância sanitária competente (estadual ou municipal), que comprove que a empresa possui veículo em condições sanitárias adequadas para o transporte seguro e higiênico de alimentos, em conformidade com a legislação sanitária aplicável.

14.20. Atuar nas instalações do CONTRATANTE com urbanidade e cortesia.

14.21. Deverão ser observados, sempre que aplicáveis, os seguintes requisitos, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Maranhão – PLS-PJMA 2021–2026, e com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021:

14.21.1. adoção de práticas que promovam o consumo consciente, com vistas à redução de desperdícios de alimentos, sempre que possível, mediante adequado planejamento das quantidades solicitadas;

14.21.2. priorização do uso de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, quando disponíveis no mercado, sem prejuízo da segurança alimentar e da competitividade da contratação;

14.21.3. orientação quanto à correta segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

14.21.4. utilização racional de insumos, evitando o uso excessivo de materiais descartáveis, sempre que tecnicamente viável;

14.21.5. observância de práticas sustentáveis de natureza ambiental, social e econômica, compatíveis com a execução do objeto, sem imposição de exigências que restrinjam indevidamente a competitividade do certame.

## **CLÁUSULA QUINZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a CONTRATADA:

15.1.1. Será sancionada com advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.1.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a licitante ou CONTRATADA que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

II – dar causa à inexecução total do contrato.

III – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

15.1.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

I – aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o TJMA, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

II – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

III – praticar ato fraudulento na execução do contrato;

IV – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

V – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.4. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida da análise jurídica prevista no § 6º do art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e deverá seguir os trâmites descritos no art. 6º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.5. A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I – 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II – 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

III – 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

IV – após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar a contratada e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

15.1.6. O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.1.7. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela CONTRATADA de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

15.1.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato e na Resolução - GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.9. Caso a CONTRATADA entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue.

15.1.10. Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa aplicada será:

I – desconto dos pagamentos devidos pela Administração;

II – recolhido à conta bancária informada à CONTRATADA pelo TJMA, mediante apresentação do respectivo comprovante;

III – desconto do valor da garantia prestada.

15.1.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, conforme disposto no art. 21, §1º e 2º, da Resolução - GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024 e havendo garantia prestada na forma do art. 96 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será a seguradora ou a fiadora notificada para

proceder com o pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública.

15.1.12. A multa compensatória será imposta à CONTRATADA que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJMA rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.1.13. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, nos termos definidos neste contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.14. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de até 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato, nos termos definidos neste contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.15. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas, situação que não se confunde com a descrita no § 4º do art. 20 da Resolução -GP nº. 83, 13 de agosto de 2024.

15.1.16. O TJMA exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

15.1.17. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

15.1.18. A penalidade de multa compensatória poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156 Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024, observadas as ressalvas do Art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e §§ 3º e 4º do art. 20, da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.19. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas na Lei

14.133, de 1º de abril de 2021 e Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

## **CLÁUSULA DEZESSEIS – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

16.1. A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei nº 14.133/2021 e nos termos da Resolução GP nº 108/2024

16.2 Compete à Coordenadoria de Administração da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão a gestão e a fiscalização deste contrato, conforme art. 3º, § 3º da Resolução GP nº 108/2024, que designará os responsáveis pela gestão e fiscalização por meio de Portaria.

16.3 A presença de fiscalização do Tribunal de Justiça não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.8. **Preposto**

16.8.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.8.2. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa **durante o período de execução contratual**, com disponibilidade para atendimento às demandas da Administração, podendo o acompanhamento ocorrer de forma **presencial ou remota**, conforme a natureza do serviço e sempre que necessário, para tratar de assuntos relacionados à execução do objeto.

16.8.3. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

## **CLÁUSULA DEZESSETE – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

17.1. As Partes obrigam-se a atuar no Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assim como com as determinações do Conselho Nacional de Justiça e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Política de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão, (Resolução - GP nº 13, de 23 de março de 2021) e Portaria GP 224/2024 – TJMA.

## **CLÁUSULA DEZOITO – DA ANTICORRUPÇÃO**

18.1. A CONTRATADA deverá cumprir as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal no 12.846/13 e seus regulamentos, e se compromete, por si, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (RES GP 59/2021).

## **CLÁUSULA DEZENOVE – CONFIDENCIALIDADE**

19.1. As partes obrigam-se a manter o mais absoluto sigilo sobre quaisquer informações obtidas em razão da execução deste contrato, não podendo utilizá-las em proveito próprio nem divulgá-las a terceiros, sem prévia e expressa autorização da outra parte.

19.2. Não se enquadram na obrigação de sigilo:

I – informações que já eram de domínio público antes de sua revelação;

II – informações que se tornarem públicas sem violação deste contrato;

III – informações exigidas por autoridade governamental ou decisão judicial, hipótese em que a parte receptora deverá notificar previamente a outra parte.

19.3. As obrigações de confidencialidade subsistirão à rescisão, rescisão ou término do contrato, por qualquer motivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, alcançando as partes, seus representantes e sucessores.

## **CLÁUSULA VINTE – ÉTICA E CONDUTA**

20.1. Todos os envolvidos na execução do contrato deverão observar as normas internas do CONTRATANTE, em especial o disposto no Código de Conduta Ética da Gestão de Contratações do TJMA (Portaria-TJ nº 127/2025).

20.2. A CONTRATADA compromete-se a respeitar e cumprir o Código de Ética Profissional aplicável à sua área de atuação, garantindo que a execução dos serviços seja realizada com transparência, integridade e respeito aos direitos de todos os envolvidos.

## **CLÁUSULA VINTE E UM– DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

21.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

21.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA SUBCONTRATAÇÃO**

22.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

22.1.1. A vedação à subcontratação justifica-se pelas características do objeto, que envolve o fornecimento de alimentação pronta sob demanda, exigindo controle direto e integrado da contratada sobre todas as etapas da execução (preparo, acondicionamento,

transporte e entrega), com observância rigorosa de padrões sanitários, qualidade e pontualidade, inclusive em horários atípicos. A fragmentação da execução comprometeria a padronização dos serviços, a segurança alimentar, a eficiência logística e a adequada fiscalização contratual, razão pela qual se mostra necessária e proporcional a exigência de execução direta, sem prejuízo da competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

23.1. O contrato será extinto nas hipóteses previstas nos arts. 106, inciso III, e 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada no processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

23.2. Constituem motivos para a extinção contratual, entre outros, aqueles previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, tais como:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de executar o contrato;

IV – falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – caso fortuito ou força maior, comprovados e impeditivos da execução;

VI – atraso ou impossibilidade de obtenção de licença ambiental, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar;

VII – atraso ou impossibilidade de liberação das áreas sujeitas a desapropriação, desocupação ou servidão administrativa;

VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Administração;

IX – descumprimento das obrigações legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes.

23.3. A contratada poderá requerer a extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive em caso de supressão além do limite legal, suspensão da execução por prazo superior a 3 (três) meses, atrasos reiterados da Administração ou não liberação da área necessária para a execução contratual.

23.4. A extinção poderá ocorrer, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021:

I – por ato unilateral e escrito da Administração, exceto quando o descumprimento decorrer de sua própria conduta;

II – de forma consensual, por acordo entre as partes, mediante termo formalizado nos autos do processo;

III – por decisão judicial ou arbitral, quando houver cláusula compromissória ou compromisso arbitral.

23.5. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a contratada será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados e terá direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos até a data da extinção e ao custeio da desmobilização, nos termos do art. 138, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

23.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções cabíveis:

I – a assunção imediata do objeto pela Administração, no estado em que se encontrar;

II – a ocupação e utilização de instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução, quando necessários à continuidade do objeto;

III – a execução da garantia contratual, para ressarcimento de prejuízos, pagamento de obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, multas aplicadas, ou assunção da execução pela seguradora, quando cabível;

IV – a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos e multas aplicadas.

#### **CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO**

24.1. O presente contrato tem fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021.

24.2. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato e aos documentos que integram o Processo Administrativo nº 7.466/2026 – TJ/MA, e que são partes integrantes deste contrato, independente de transcrição, o Edital PE xx/2026, o Termo de Referência e a Proposta de Preços da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA VINTE E CINCO – CASOS OMISSOS**

25.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA PUBLICAÇÃO**

26.1. O CONTRATANTE providenciará a divulgação dos extratos de termos dos contratos e respectivos aditivos, no Portal Nacional de Contratações Públicas, em obediência ao disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021.

26.2 Este contrato após assinado e publicado estará disponível no Portal da Transparência do TJMA: [http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=menu\\_contratos](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=menu_contratos)

## **CLÁUSULA VINTE E SETE – DO FORO**

27.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato de inteiro teor.

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente do TJMA

**CONTRATANTE**

*(assinado eletronicamente)*

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Empresa

**CONTRATADA**

*(assinado eletronicamente)*

## **ANEXO – V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO PESSOA JURÍDICA**

(Poderá ser entregue até a assinatura do contrato)

Declaro, diante da exigência contida nos **artigos 1º, 2º, inciso VI, e 3º, da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005**, que esta empresa/entidade não possui em seu quadro societário qualquer sócio na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e assessoramento dessa Corte de Justiça.

**Art. 1º** É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

**Art. 2º** Constituem práticas de nepotismo, dentre outras: (...)

**VI** – a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

(...)

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016)

Declaro, ainda, que no caso de alteração da situação societária que se enquadre na referida resolução, comprometo-me a comunicar tal fato a esse **TJMA** imediatamente.

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Cnpj nº: \_\_\_\_\_

**XXXXXXXXXXXX**

Nome e Assinatura do Representante Legal

CPF nº xxxxxxxxxxxx